



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
行政公職局
Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública

Concursos de avaliação de competências integradas referentes a habilitações académicas de ensino secundário complementar e concursos de avaliação de competências integradas referentes a habilitações académicas de ensino secundário geral

Programa da prova - «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau» e legislação sobre a Administração Pública da RAEM

2019.9

Índice

Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China----	1
Lei n.º 2/1999 (Lei de Bases da Orgânica do Governo)-----	29
Regulamento Administrativo n.º 6/1999 (Organização, competências e funcionamento dos serviços e entidades públicos)-----	36
Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 57/99/M, de 11 de Outubro-----	40
Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau, vigente-----	52
Lei n.º 14/2009 (Regime das carreiras dos trabalhadores dos serviços públicos), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017-----	102
Lei n.º 12/2015 (Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos)-----	111
Regulamento Administrativo n.º 31/2004 (Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública)-----	123

1) Qual a data de entrada em vigor da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China (RPC)» ?

- A. 19 de Dezembro de 1999
- B. 25 de Dezembro de 1999
- C. 20 de Dezembro de 1999
- D. 1 de Outubro de 1999

2) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», qual dos seguintes princípios é seguido pela Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) ?

- A. Um país, um sistema
- B. Uma região, dois sistemas
- C. Um país, dois sistemas
- D. Todas as opções acima estão incorrectas

3) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», a Região Administrativa Especial de Macau:

- A. Pode ser alienada no todo da RPC
- B. Pode ser alienada em partes da RPC
- C. Pode ser alienada faseadamente da RPC
- D. É parte inalienável da RPC

4) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», qual dos seguintes órgãos autoriza a RAEM a exercer um alto grau de autonomia segundo a lei?

- A. Governo Popular Central da RPC
- B. Assembleia Popular Nacional da RPC
- C. Supremo Tribunal Popular da RPC
- D. Suprema Procuradoria Popular da RPC

5) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», a RAEM goza de:

- A. Poder executivo
- B. Poder legislativo
- C. Poder judicial independente, incluindo o de julgamento em última instância
- D. Todas as opções acima estão correctas

6) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», quais dos seguintes indivíduos podem integrar, nos termos da lei, o órgão executivo da RAEM ?

- A. Residentes da RAEM
- B. Residentes permanentes da RAEM
- C. Residentes não permanentes da RAEM
- D. Quaisquer indivíduos

7) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», durante quantos anos se mantêm inalterados o sistema capitalista e a maneira de viver anteriormente existentes na RAEM?

- A. 20 anos
- B. 30 anos
- C. 40 anos
- D. 50 anos

8) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», a(s) língua(s) oficial/oficiais da RAEM é/são:

- A. Inglês
- B. Chinês
- C. Português
- D. Chinês e português

9) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», a bandeira regional da RAEM tem o desenho de:

- A. Cinco estrelas e flor de pessegueiro
- B. Cinco estrelas, flor de lótus, ponte e água do mar
- C. Ponte e água do mar
- D. Flor de lótus, ponte e água do mar

10) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», o Governo Popular Central é responsável pelos ____ relativos à RAEM:

- A. Assuntos legislativos
- B. Assuntos das relações externas
- C. Assuntos executivos
- D. Assuntos judiciais

11) De acordo com as respectivas disposições da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», o Governo Popular Central nomeia e exonera:

- A. Chefe do Executivo
- B. Titulares dos principais cargos do Governo
- C. Procurador
- D. Todas as opções acima estão correctas

12) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», a RAEM deve proibir, por si própria o:

- A. Acto de amar a Pátria
- B. Acto para unir a Pátria
- C. Acto de traição à Pátria
- D. Acto de apoiar o Governo Popular Central

13) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», os residentes da RAEM, abreviadamente denominados como residentes de Macau, abrangem:

- A. Os residentes permanentes
- B. Os residentes não permanentes
- C. Os residentes permanentes e os residentes não permanentes
- D. Todas as opções acima estão incorrectas

14) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», os residentes permanentes da RAEM:

- A. Têm direito à residência na RAEM
- B. Têm direito à titularidade do Bilhete de Identidade de Residente Permanente da RAEM
- C. Têm direito à residência na RAEM e à titularidade do Bilhete de Identidade de Residente de Macau
- D. Têm direito à residência na RAEM e à titularidade do Bilhete de Identidade de Residente Permanente da RAEM

15) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», os residentes de Macau são:

- A. Iguais perante a lei
- B. Iguais em razão de ascendência
- C. Iguais em razão de nacionalidade
- D. Iguais em razão de sexo

16) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», nos termos da lei, os residentes permanentes da RAEM têm:

- A. O direito de eleger
- B. O direito de ser eleitos
- C. O direito de eleger ou de ser eleitos
- D. O direito de eleger e de ser eleitos

17) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», os residentes de Macau gozam de:

- A. Liberdade de expressão
- B. Liberdade de imprensa
- C. Liberdade de associação
- D. Todas as opções acima estão correctas

18) Quando um residente de Macau for acusado da prática de crime, até ao trânsito em julgado da sentença de condenação pelo tribunal, deve presumir-se:

- A. Culpado
- B. Culpado temporariamente
- C. Inocente
- D. Inocente temporariamente

19) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», é inviolável a dignidade humana dos residentes de Macau. É/São proibida(s) _____, seja/sejam qual/quais for/forem a sua forma, contra qualquer residente de Macau.

- A. Injúria
- B. Difamação
- C. Denúncia e acusação falsas
- D. Todas as opções acima estão correctas

20) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», a liberdade e o sigilo dos meios de comunicação dos residentes de Macau:

- A. Não são protegidos pela lei
- B. São protegidos pela lei
- C. Poderão ser violados por qualquer motivo
- D. Não poderão ser violados, sejam quais forem os motivos

21) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», os residentes de Macau gozam de:

- A. Liberdade de crença religiosa
- B. Liberdade de escolha de profissão e de emprego
- C. Liberdade de exercer actividades de investigação académica
- D. Todas as opções acima estão correctas

22) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», quais dos seguintes direitos dos residentes de Macau são legalmente protegidos?

- A. Liberdade de contrair casamento
- B. Direito de livre procriação
- C. Direito de constituir família
- D. Todas as opções acima estão correctas

23) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», o Chefe do Executivo da RAEM que representa a Região, é o _____ da RAEM. Qual das respostas seguintes preenche correctamente o espaço em branco no texto?

- A. Dirigente da Região
- B. Presidente do município
- C. Dirigente máximo
- D. Todas as opções acima estão incorrectas

24) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», o Chefe do Executivo da RAEM deve:

- A. Ter pelo menos 40 anos de idade
- B. Residir habitualmente em Macau há pelo menos 10 anos consecutivos
- C. Ser residente não permanente da RAEM
- D. Todas as opções acima estão correctas

25) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», o Chefe do Executivo da RAEM é nomeado:

- A. Com base nos resultados de eleições
- B. Com base nos resultados de consultas
- C. Com base nos resultados de eleições ou consultas
- D. Todas as opções acima estão incorrectas

26) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», o Chefe do Executivo da RAEM:

- A. Tem um mandato de dez anos, sendo permitida uma recondução
- B. Tem um mandato de dez anos, sendo permitida a reeleição para mandato consecutivo
- C. Tem um mandato de cinco anos, sendo permitida uma recondução
- D. Tem um mandato de cinco anos, sendo permitida a reeleição para mandato consecutivo

27) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», qual/quais das seguintes opções corresponde/correspondem às competências do Chefe do Executivo?

- A. Dirigir o Governo da RAEM
- B. Assinar e aprovar os projectos e propostas de lei
- C. Elaborar e mandar publicar e fazer cumprir as leis
- D. Todas as opções acima estão correctas

28) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», quando o Chefe do Executivo da RAEM estiver impedido de exercer as suas funções por um curto espaço de tempo, são estas funções interinamente exercidas por:

- A. Secretário
- B. Director
- C. Chefe de departamento
- D. Chefe de divisão

29) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», os membros do Conselho Executivo da RAEM são designados de entre:

- A. Os titulares dos principais cargos do Governo
- B. Os deputados à Assembleia Legislativa
- C. As figuras públicas
- D. Todas as opções acima estão correctas

30) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», o Governo da RAEM é o _____ da RAEM. Qual das respostas seguintes preenche correctamente o espaço em branco no texto?

- A. Órgão judicial
- B. Órgão legislativo
- C. Órgão executivo
- D. Órgão executivo e legislativo

31) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», o Governo da RAEM dispõe, por ordem decrescente da hierarquia, na sua estrutura, de:

- A. Secretarias, Direcções de Serviços, Departamentos e Divisões
- B. Direcções de Serviços, Secretarias, Divisões e Departamentos
- C. Direcções de Serviços, Divisões, Secretarias e Departamentos
- D. Departamentos, Divisões, Secretarias e Direcções de Serviços

32) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», ao tomar posse, os titulares dos principais cargos da RAEM devem apresentar, perante o Presidente do Tribunal de Última Instância da Região:

- A. Declaração da sua moradia
- B. Declaração da sua nacionalidade
- C. Declaração do seu património
- D. Declaração de registo criminal

33) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», a Assembleia Legislativa da RAEM é:

- A. O órgão executivo e órgão legislativo da RAEM
- B. O órgão legislativo da RAEM
- C. O órgão legislativo e o órgão judicial da RAEM
- D. O órgão judicial e o órgão consultivo da RAEM

34) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», excepto o que está previsto para a primeira legislatura, cada legislatura da Assembleia Legislativa da RAEM tem a duração de:

- A. Dois anos
- B. Três anos
- C. Quatro anos
- D. Cinco anos

35) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», o Presidente e o Vice-Presidente da Assembleia Legislativa da RAEM devem ser:

- A. Pessoas que tenham residido habitualmente em Macau pelo menos 15 anos consecutivos
- B. Residentes permanentes da RAEM
- C. Cidadãos chineses
- D. Aqueles que preencham todos os requisitos acima

36) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», qual das seguintes respostas relativamente às competências exercidas pelo Presidente da Assembleia Legislativa da RAEM está correcta?

- A. Presidir às reuniões da Assembleia Legislativa
- B. Presidir às reuniões do Conselho Executivo
- C. Presidir às sessões das conferências do Tribunal
- D. Todas as opções acima estão incorrectas

37) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», se os projectos de lei e de resolução apresentados pelos deputados à Assembleia Legislativa da RAEM envolverem a política do Governo, a sua apresentação deve obter:

- A. Prévio consentimento escrito do Presidente da Assembleia Legislativa
- B. Prévio consentimento escrito do Chefe do Executivo
- C. Prévio consentimento escrito do Presidente do Tribunal de Última Instância
- D. Todas as opções acima estão incorrectas

38) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», as propostas ou projectos de lei aprovados pela Assembleia Legislativa da RAEM só entram em vigor depois de serem:

- A. Assinados pelo Chefe do Executivo
- B. Publicados
- C. Assinados ou publicados pelo Chefe do Executivo
- D. Assinados e publicados pelo Chefe do Executivo

39) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», nenhum deputado à Assembleia Legislativa da RAEM pode ser preso, salvo:

- A. Autorização do Chefe do Executivo
- B. Autorização da Assembleia Legislativa
- C. Flagrante delito
- D. Autorização da mesma Assembleia ou em caso de flagrante delito.

40) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», das seguintes opções, em que circunstância um deputado à Assembleia Legislativa perde o mandato, mediante deliberação desta.

- A. Incapacidade temporária para o desempenho das suas funções em virtude de doença comum
- B. Violação do juramento de deputado à Assembleia Legislativa
- C. Ausência em 5 sessões consecutivas, com anuência do Presidente da Assembleia Legislativa e motivo justificado
- D. Exercício de função em acumulação

41) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», compete aos tribunais da RAEM exercer:

- A. Poder executivo
- B. Poder legislativo
- C. Poder judicial
- D. Poderes legislativo e judicial

42) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», relativamente aos órgãos judiciais, a RAEM dispõe de:

- A. Tribunais de primeira instância
- B. Tribunal de Segunda Instância
- C. Tribunal de Última Instância
- D. Todas as opções acima estão correctas

43) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», o poder de julgamento em última instância na Região compete ao/à _____ da RAEM. Qual das respostas seguintes preenche correctamente o espaço em branco no texto?

- A. Assembleia Legislativa
- B. Tribunal de Última Instância
- C. Conselho Executivo
- D. Ministério Público

44) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», os juízes dos tribunais das diferentes instâncias da RAEM são nomeados pelo:

- A. Presidente do Tribunal de Última Instância
- B. Procurador do Ministério Público
- C. Presidente da Assembleia Legislativa
- D. Chefe do Executivo

45) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», os Presidentes dos tribunais das diferentes instâncias da RAEM são nomeados de entre _____ pelo Chefe do Executivo. Qual das respostas seguintes preenche correctamente o espaço em branco no texto?

- A. Deputados à Assembleia Legislativa
- B. Juízes
- C. Personalidades sociais
- D. Membros do Conselho Executivo

46) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», os juízes da RAEM exercem o poder judicial nos termos da lei, e não estão sujeitos a quaisquer ordens ou instruções. Qual dos seguintes casos constitui excepção ao estabelecido na Lei ?

- A. Ordem pública na RAEM
- B. Defesa nacional
- C. Relações externas
- D. Actos do Estado, tais como os relativos à defesa nacional e às relações externas

47) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», o Ministério Público da RAEM desempenha com independência as _____ atribuídas por lei. Qual das respostas seguintes preenche correctamente o espaço em branco no texto?

- A. Funções legislativas
- B. Funções judiciais
- C. Funções jurisdicionais
- D. Todas as opções acima estão correctas

48) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», os delegados do Procurador são nomeados pelo:

- A. Governo Popular Central
- B. Chefe do Executivo
- C. Presidente da Assembleia Legislativa
- D. Procurador

49) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», de que tipo de órgãos municipais a RAEM pode dispor?

- A. Órgãos com poder político
- B. Órgãos sem poder político
- C. Órgãos provisórios
- D. Órgãos autónomos

50) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», em que domínios os órgãos municipais são incumbidos pelo Governo de servir a população?

- A. Cultura
- B. Recreio
- C. Salubridade pública
- D. Todas as opções acima estão correctas

51) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», salvas as excepções previstas na lei, os funcionários e agentes públicos da RAEM devem ser:

- A. Residentes da Região
- B. Residentes permanentes da Região
- C. Residentes não permanentes da Região
- D. Outras pessoas da Região

52) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», qual/quais dos seguintes indivíduos deve/devem prestar juramento nos termos da lei e ser fiel/fiéis à RAEM da RPC?

- A. O Chefe do Executivo
- B. Os deputados à Assembleia Legislativa
- C. Os magistrados judiciais e os magistrados do Ministério Público
- D. Todas as opções acima estão correctas

53) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», a RAEM protege, em conformidade com a lei:

- A. O direito das pessoas singulares à aquisição da propriedade
- B. O direito das pessoas colectivas à aquisição da propriedade
- C. O direito das pessoas singulares e colectivas à aquisição da propriedade
- D. Todas as opções acima estão incorrectas

54) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», relativamente às finanças, a RAEM mantém:

- A. Finanças independentes
- B. Finanças que não são independentes
- C. Finanças independentes ou não independentes consoante o caso.
- D. Todas as opções acima estão incorrectas

55) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», na elaboração do orçamento, a RAEM segue o princípio de:

- A. Procurar alcançar o desequilíbrio entre as receitas e as despesas
- B. Manutenção das despesas dentro dos limites das receitas
- C. Procurar alcançar o deficit
- D. Desarticulação com a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto da Região

56) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», a RAEM é um território aduaneiro separado, e pode participar em organizações internacionais e em acordos comerciais internacionais, usando a denominação de :

- A. República Popular da China
- B. Região Administrativa Especial de Macau
- C. Macau, China
- D. China, Macau

57) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», no que respeita às políticas laborais, a organização de concertação de carácter consultivo na RAEM é constituída por representantes:

- A. Do Governo
- B. Das associações patronais
- C. Das associações de trabalhadores
- D. Todas as opções acima estão correctas

58) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», a entrada de navios de guerra estrangeiros necessita de autorização especial de qual dos seguintes órgãos?

- A. Chefe do Executivo
- B. Assembleia Legislativa
- C. Governo Popular Central
- D. Assembleia Popular Nacional

59) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», a RAEM reconhece e protege, em conformidade com a lei, _____, os contratos que foram celebrados ou aprovados antes do estabelecimento da RAEM e se prolonguem para além de 19 de Dezembro de 1999. Qual das respostas seguintes preenche correctamente o espaço em branco no texto?

- A. Os contratos de concessão de terras legais
- B. Quaisquer contratos de concessão de terras
- C. Os direitos decorrentes dos contratos de concessão de terras
- D. Os contratos de concessão de terras legais e os direitos deles decorrentes

60) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», a RAEM promove o ensino obrigatório nos termos da lei, e as associações sociais e os particulares:

- A. Não podem promover diversas iniciativas no âmbito da educação
- B. Podem promover diversas iniciativas no âmbito da educação
- C. Podem promover, nos termos da lei, diversas iniciativas no âmbito da educação
- D. As afirmações citadas estão todas incorrectas

61) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», as escolas de diversos tipos da RAEM têm autonomia na sua administração e nos termos da lei:

- A. Gozam da liberdade de ensino
- B. Gozam da liberdade académica
- C. Não gozam da liberdade de ensino e da liberdade académica
- D. Gozam da liberdade de ensino e da liberdade académica

62) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», quanto à cultura e assuntos sociais, o Governo da RAEM define, por si próprio:

- A. A política respeitante à promoção dos serviços de medicina e saúde e ao desenvolvimento da medicina e farmacologia chinesas e ocidentais
- B. A política relativa às ciências e à tecnologia
- C. A política cultural
- D. Todas as opções acima estão correctas

63) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», no que respeita à política cultural, O Governo da RAEM protege, nos termos da lei:

- A. Pontos de interesse turístico
- B. Locais de interesse histórico e demais património cultural e histórico
- C. Legítimos direitos e interesses dos proprietários de património cultural
- D. Todas as opções acima estão correctas

64) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», de acordo com o princípio da liberdade de crença religiosa, o Governo da RAEM:

- A. Não interfere em qualquer assunto das organizações religiosas
- B. Interfere na manutenção e no desenvolvimento de relações das organizações religiosas com os crentes de fora da Região de Macau
- C. Não impõe restrições às actividades religiosas que contrariem as leis da RAEM
- D. Todas as opções acima estão incorrectas

65) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», representantes do Governo da RAEM podem participar, como membros de delegações governamentais da RPC, em _____ conduzidos/conduzidas pelo Governo Popular Central que estejam directamente relacionadas com a RAEM. Qual das respostas seguintes preenche correctamente o espaço em branco no texto?

- A. Assuntos da gestão administrativa
- B. Negociações diplomáticas
- C. Assuntos legislativos
- D. Assuntos judiciais

66) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», o Governo Popular Central autoriza o Governo da RAEM a emitir, em conformidade com a lei, _____, aos cidadãos chineses titulares do Bilhete de Identidade de Residente Permanente da RAEM. Qual das respostas seguintes preenche correctamente o espaço em branco no texto?

- A. Passaportes da RPC
- B. Passaportes da RAEM
- C. Outros documentos de viagem
- D. Passaportes da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China

67) De acordo com a «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC», o poder de interpretação e de revisão da «Lei Básica da RAEM» pertence, respectivamente, à/ao:

- A. Assembleia Popular Nacional e Governo Popular Central
- B. Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional e Assembleia Popular Nacional
- C. Assembleia Popular Nacional e Comissão da Redacção da Lei Básica da RAEM
- D. Governo Popular Central e Comissão de Redacção da Lei Básica da RAEM

Respostas

Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China		
Perguntas	Respostas	Legislação
1	C	“Decisão da Assembleia Popular Nacional da República Popular da China relativa à «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC» ” aprovada pelo Decreto do Presidente da República Popular da China (No. 3) de 31 de Março de 1993 e pela Primeira Sessão da Oitava Legislatura da Assembleia Popular Nacional no dia 31 de Março de 1993
2	C	Preâmbulo da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
3	D	Artigo 1.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
4	B	Artigo 2.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
5	D	Artigo 2.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
6	B	Artigo 3.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
7	D	Artigo 5.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
8	D	Artigo 9.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
9	B	N.º 2 do Artigo 10.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da RPC»
10	B	N.º 1 do artigo 13.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
11	D	Artigo 15.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
12	C	Artigo 23.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
13	C	N.º 1 do artigo 24.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
14	D	N.º 3 do artigo 24.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
15	A	Artigo 25.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»

Respostas

Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China		
Perguntas	Respostas	Legislação
16	D	Artigo 26.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
17	D	Artigo 27.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
18	C	N.º 2 do artigo 29.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
19	D	N.º 1 do artigo 30.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
20	B	Artigo 32.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
21	D	N.º 2 do artigo 34.º, artigo 35.º e artigo 37.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
22	D	N.º 1 do artigo 38.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
23	C	N.º 1 do artigo 45.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
24	A	Artigo 46.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
25	C	N.º 1 do artigo 47.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
26	C	Artigo 48.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
27	A	Alínea 1) do artigo 50.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
28	A	N.º 1 do artigo 55.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
29	D	N.º 1 do artigo 57.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
30	C	Artigo 61.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
31	A	Artigo 62.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»

Respostas

Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China		
Perguntas	Respostas	Legislação
32	C	N.º 2 do artigo 63.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
33	B	Artigo 67.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
34	C	Artigo 69.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
35	D	N.º 2 do artigo 72.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
36	A	Alínea 1) do Artigo 74.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
37	B	Artigo 75.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
38	D	Artigo 78.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
39	D	Artigo 80.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
40	B	Alínea 4) do artigo 81.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
41	C	Artigo 82.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
42	D	N.º 1 do artigo 84.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
43	B	N.º 2 do artigo 84.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
44	D	N.º 1 do artigo 87.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
45	B	N.º 1 do artigo 88.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
46	D	N.º 3 do artigo 19.º e n.º 1 do artigo 89.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
47	C	N.º 1 do artigo 90.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»

Respostas

Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China		
Perguntas	Respostas	Legislação
48	B	N.º 3 do artigo 90.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
49	B	Artigo 95.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
50	D	Artigo 95.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
51	B	Artigo 97.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
52	D	Artigo 101.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
53	C	N.º 1 do artigo 103.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
54	A	N.º 1 do artigo 104.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
55	B	Artigo 105.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
56	C	N.º 2 do artigo 112.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
57	D	N.º 2 do artigo 115.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
58	C	N.º 3 do artigo 116.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
59	D	N.º 1 do artigo 120.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
60	C	N.º 3 do artigo 121.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»

Respostas

Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China		
Perguntas	Respostas	Legislação
61	D	N.º 1 do artigo 122.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
62	D	Artigo 123.º, n.º 1 do artigo 124.º e n.º 1 do artigo 125.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
63	D	N.º 3 do artigo 125.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
64	D	N.º 1 do artigo 128.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
65	B	Artigo 135.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
66	D	N.º 1 do artigo 139.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»
67	B	N.º 1 do artigo 143.º e N.º 1 do artigo 144.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China»

- 1) **Na RAEM, a «Lei de Bases da Orgânica do Governo» foi decretada, para valer como lei, pelo/pela/pelos:**
- A. Chefe do Executivo
 - B. Assembleia Legislativa
 - C. Tribunais
 - D. Todas as opções acima estão incorrectas
- 2) **De acordo com a «Lei de Bases da Orgânica do Governo» em vigor, na RAEM, o Governo da RAEM é o:**
- A. Órgão executivo e o órgão legislativo
 - B. Órgão executivo e o órgão judicial
 - C. Órgão legislativo e o órgão judicial
 - D. Órgão executivo
- 3) **De acordo com a «Lei de Bases da Orgânica do Governo» em vigor, o Chefe do Executivo da RAEM é o dirigente máximo do Governo, competindo-lhe dirigir o/a:**
- A. Governo
 - B. Tribunal
 - C. Assembleia Legislativa
 - D. Todas as opções acima estão correctas

4) De acordo com a «Lei de Bases da Orgânica do Governo» em vigor, em termos de estrutura, o Governo da RAEM dispõe, por ordem decrescente de hierarquia, das seguintes unidades orgânicas:

- A. Secretarias, Direcções de Serviços, Divisões, Departamentos
- B. Direcções de Serviços, Departamentos, Secções, Sectores
- C. Departamentos, Divisões, Sectores, Secções
- D. Secretarias, Direcções de Serviços, Departamentos e Divisões

5) De acordo com a «Lei de Bases da Orgânica do Governo» em vigor, a ordem de precedência das Secretarias do Governo da RAEM é uma das seguintes:

- A. Secretaria para a Administração e Justiça, Secretaria para a Segurança, Secretaria para a Economia e Finanças, Secretaria para os Transportes e Obras Públicas e Secretaria para os Assuntos Sociais e Cultura
- B. Secretaria para a Economia e Finanças, Secretaria para os Assuntos Sociais e Cultura, Secretaria para a Segurança, Secretaria para a Administração e Justiça, e Secretaria para os Transportes e Obras Públicas
- C. Secretaria para os Assuntos Sociais e Cultura, Secretaria para os Transportes e Obras Públicas, Secretaria para a Administração e Justiça, Secretaria para a Economia e Finanças, Secretaria para a Segurança
- D. Secretaria para a Administração e Justiça, Secretaria para a Economia e Finanças, Secretaria para a Segurança, Secretaria para os Assuntos Sociais e Cultura, Secretaria para os Transportes e Obras Públicas

- 6) **De acordo com a «Lei de Bases da Orgânica do Governo» em vigor, cada Secretaria dispõe de quantos secretário(s) para a dirigir?**
- A. Um
 - B. Dois
 - C. Um ou dois, consoante as circunstâncias do caso concreto
 - D. Todas as opções acima estão correctas
- 7) **De acordo com a «Lei de Bases da Orgânica do Governo» em vigor, qual/quais dos seguintes órgãos criados na RAEM funciona/m como órgão/s independente/s ?**
- A. Serviços de polícia unitários, responsáveis pela segurança pública
 - B. Serviços de Alfândega da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China
 - C. Comissariado contra a Corrupção e Comissariado de Auditoria
 - D. Todas as opções acima estão correctas
- 8) **De acordo com a «Lei de Bases da Orgânica do Governo» em vigor, o Chefe do Executivo deve ser cidadão chinês com pelo menos 40 anos de idade, que seja residente permanente da RAEM e tenha residido habitualmente em Macau pelo menos um determinado número de anos consecutivos. Indique quantos.**
- A. 50
 - B. 40
 - C. 30
 - D. 20

9) De acordo com a «Lei de Bases da Orgânica do Governo» em vigor, o Chefe do Executivo não pode ter o direito de residência no estrangeiro durante o seu mandato:

- A. Mas pode exercer actividade lucrativa privada
- B. Mas pode exercer actividade lucrativa privada de acordo com cada caso em concreto
- C. Nem exercer actividade lucrativa privada
- D. Nem exercer actividade lucrativa privada, consoante o caso

10) De acordo com a «Lei de Bases da Orgânica do Governo» em vigor, os titulares dos principais cargos da RAEM devem ter residido habitualmente em Macau pelo menos quinze anos consecutivos e devem ser:

- A. Residentes de Macau
- B. Cidadãos chineses de entre os residentes permanentes da RAEM
- C. Cidadãos chineses
- D. Cidadãos estrangeiros

11) De acordo com a «Lei de Bases da Orgânica do Governo» em vigor, os titulares dos principais cargos são nomeados sob proposta do/da:

- A. Chefe do Executivo
- B. Assembleia Legislativa
- C. Tribunal de Última Instância
- D. Governo Popular Central

12) Os titulares dos principais cargos respondem perante o:

- A. Governo Popular Central
- B. Assembleia Popular Nacional
- C. Região Administrativa Especial de Macau
- D. Chefe do Executivo

13) De acordo com a «Lei de Bases da Orgânica do Governo» em vigor, o Chefe do Executivo e os titulares dos principais cargos, ao tomar posse, devem, nos termos da lei:

- A. Prestar juramento e apresentar declaração de património
- B. Prestar juramento
- C. Apresentar declaração de património
- D. Apresentar declaração da condição de saúde

14) De acordo com a «Lei de Bases da Orgânica do Governo» em vigor, quando o Chefe do Executivo estiver impedido de exercer as suas funções por um curto espaço de tempo, segundo a ordem de precedência legal das secretarias, qual é a secretaria cujo secretário irá exercer as suas funções interinamente?

- A. Secretaria para a Segurança
- B. Secretaria para os Transportes e Obras Públicas
- C. Secretaria para a Administração e Justiça
- D. Secretaria para os Assuntos Sociais e Cultura

15) De acordo com a «Lei de Bases da Orgânica do Governo» em vigor, perante a Assembleia Legislativa, cabe ao Chefe do Executivo fazer a leitura das :

- A. Ideias de acção governativa
- B. Orientações de acção governativa
- C. Linhas de acção governativa
- D. Medidas de acção governativa

16) De acordo com a «Lei de Bases da Orgânica do Governo» em vigor, o Conselho Executivo na tomada de decisões coadjuva o/a:

- A. Chefe do Executivo
- B. Assembleia Legislativa
- C. Tribunal de Última Instância
- D. Todas as opções acima estão correctas

Respostas

Lei n.º 2/1999 (Lei de Bases da Orgânica do Governo)		
Perguntas	Respostas	Legislação
1	B	Na parte inicial da Lei n.º 2/1999
2	D	Artigo 1.º da Lei n.º 2/1999
3	A	Artigo 2.º Lei n.º 2/1999
4	D	Artigo 3.º da Lei n.º 2/1999)
5	D	N.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 2/1999
6	A	N.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 2/1999
7	C	N.º 1 e n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 2/1999
8	D	N.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 2/1999
9	C	N.º 4 do artigo 7.º da Lei n.º 2/1999
10	B	N.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 2/1999
11	A	N.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 2/1999
12	D	N.º 3 do artigo 8.º da Lei n.º 2/1999
13	A	Artigo 10.º da Lei n.º 2/1999
14	C	N.º 1 do artigo 5.º e n.º 1 do artigo 11.º da Lei n.º 2/1999
15	C	N.º 2 do artigo 14.º da Lei n.º 2/1999
16	A	N.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 2/1999

1) Nos termos do Regulamento administrativo em vigor, relativo à Organização, Competências e Funcionamento dos Serviços e Entidades Públicos, em que áreas da governação exerce competências o Secretário para a Administração e Justiça?

- A. Administração pública e assuntos municipais
- B. Finanças e orçamento e formação profissional
- C. Acção social e educação
- D. Transportes e comunicações e habitação económica e social

2) Nos termos do Regulamento administrativo em vigor, relativo à Organização, Competências e Funcionamento dos Serviços e Entidades Públicos, em que áreas da governação exerce competências o Secretário para a Economia e Finanças?

- A. Regulação dos transportes, aeronaves e actividades portuárias e protecção do ambiente
- B. Fiscalização do tráfego marítimo e das respectivas regras disciplinadoras e protecção civil
- C. Sistema monetário, cambial e financeiro, incluindo a actividade seguradora
- D. Todas as acima referidas

3) Nos termos do Regulamento administrativo em vigor, relativo à Organização, Competências e Funcionamento dos Serviços e Entidades Públicos, em que áreas da governação exerce competências o Secretário para a Segurança?

- A. Assuntos municipais e identificação civil e criminal
- B. Segurança pública interna da Região Administrativa Especial de Macau e investigação criminal
- C. Sectores da indústria, comércio, inspecção de jogos, e a vertente *offshore*
- D. Acção social e turismo

4) Nos termos do Regulamento administrativo relativo à Organização, Competências e Funcionamento dos Serviços e Entidades Públicos, em que áreas da governação exerce competências o Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura?

- A. Saúde, desporto e indústrias culturais
- B. Trabalho e emprego, formação profissional e defesa do consumidor
- C. Controlos de imigração, protecção civil e investigação criminal
- D. Infra-estruturas e obras públicas, protecção do ambiente e meteorologia

5) Nos termos do Regulamento administrativo em vigor, relativo à Organização, Competências e Funcionamento dos Serviços e Entidades Públicas, em que áreas da governação exerce competências o Secretário para os Transportes e Obras Públicas?

- A. Administração pública, assuntos municipais e produção do Boletim Oficial da Região Administrativa Especial de Macau
- B. Finanças e orçamento, produção estatística, trabalho e emprego
- C. Transportes e comunicações, protecção do ambiente, habitação económica e social
- D. Investigação criminal, controlos de imigração, protecção civil

Respostas

Regulamento administrativo n.º 6/1999 (Organização, competências e funcionamento dos serviços e entidades públicos)		
Perguntas	Respostas	Legislação
1	A	Alíneas 1) e 2) do n.º 1 do artigo 2.º do Regulamento Administrativo n.º 6/1999
2	C	Alínea 3) do n.º 1 do artigo 3.º do Regulamento Administrativo n.º 6/1999
3	B	Alíneas 1) e 2) do n.º 1 do artigo 4.º do Regulamento Administrativo n.º 6/1999
4	A	Alíneas 2), 6) e 9) do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento Administrativo n.º 6/1999
5	C	Alíneas 4) a 6) do n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento Administrativo n.º 6/1999

1) As principais inovações introduzidas no Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 57/99/M compreendem, entre outras, o:

- A. princípio da boa fé
- B. princípio da autonomia da vontade
- C. poder público absoluto
- D. todas as opções acima

2) Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, entende-se por processo administrativo:

- A. a sucessão ordenada de actos e formalidades tendentes à formação e manifestação da vontade da Administração Pública, ou à sua execução
- B. o conjunto de documentos em que se traduzem os actos e formalidades que integram o procedimento administrativo
- C. as decisões dos órgãos da Administração que ao abrigo de normas de direito público visem produzir efeitos jurídicos numa situação individual e concreta.
- D. o acordo de vontades pelo qual é constituída, modificada ou extinta uma relação jurídica administrativa

3) As disposições do Código do Procedimento Administrativo em vigor, aplicam-se:

- A. a todos os órgãos da Administração Pública que, no desempenho da actividade administrativa de gestão pública, estabeleçam relações com os particulares
- B. aos actos em matéria administrativa praticados pelos órgãos do Território que, embora não integrados na Administração Pública, desenvolvam funções materialmente administrativas
- C. aos actos praticados por entidades concessionárias no exercício de poderes de autoridade
- D. todas as opções acima

4) Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, os órgãos administrativos, no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos residentes, prosseguem:

- A. o interesse administrativo
- B. o interesse público
- C. o interesse particular
- D. o interesse de associações

- 5) **Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, os órgãos da Administração Pública, no exercício da sua actividade, devem:**
- A. utilizar apenas a língua chinesa
 - B. utilizar apenas a língua portuguesa
 - C. utilizar as línguas oficiais de Macau
 - D. utilizar as línguas oficiais de Macau e também a língua inglesa
- 6) **Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, no exercício da actividade administrativa, e em todas as suas formas e fases, a Administração Pública e os particulares devem agir e relacionar-se segundo que regras?**
- A. da boa fé
 - B. da imparcialidade
 - C. da justiça
 - D. da igualdade
- 7) **Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, de que forma a Administração Pública é responsável pelas informações prestadas aos particulares, ainda que não obrigatórias?**
- A. verbal
 - B. por escrito
 - C. por via electrónica
 - D. todas as opções acima

8) Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, na formação de decisões a respeito de particulares, bem como de associações que tenham por objecto a defesa dos seus interesses, a Administração Pública através dos seus órgãos, deve assegurar:

- A. a sua privacidade
- B. o seu isolamento
- C. o seu conhecimento
- D. a sua participação

9) Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, não existe o dever de decisão quando, desde a prática do acto até à data da apresentação do requerimento, o órgão competente tenha praticado um acto administrativo sobre o mesmo pedido formulado pelo mesmo particular com os mesmos fundamentos, há menos de quantos anos?

- A. um
- B. dois
- C. três
- D. quatro

10) Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, a Administração Pública deve ser estruturada e funcionar de modo a aproximar os serviços das populações e de forma não burocratizada, a fim de assegurar que as suas decisões sejam tomadas por qual das seguintes formas?

- A. célere, económica e eficiente
- B. completa e por procedimentos
- C. célere e com cortesia
- D. célere e eficaz

11) Qual dos seguintes casos não está abrangido pelo Código do Procedimento Administrativo em vigor, em que os órgãos ou agentes da Administração Pública devem pedir escusa?

- A. quando no procedimento administrativo, no acto administrativo ou no contracto administrativo tenha interesse, por si, como representante ou como gestor de negócios de outra pessoa
- B. quando tenha actuado no procedimento como perito ou mandatário o seu cônjuge, parente ou afim em linha recta ou até ao 2.º grau da linha colateral, bem como qualquer pessoa com quem viva em economia comum
- C. quando contra ele, seu cônjuge ou parente em linha recta esteja intentada acção judicial proposta por interessado ou pelo respectivo cônjuge
- D. quando tenha inimidade grave ou grande intimidade entre o titular do órgão ou agente, ou o seu cônjuge e a pessoa com interesse directo no procedimento, acto ou contrato

12) Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, as línguas oficiais utilizadas no procedimento administrativo são:

- A. chinês
- B. português
- C. chinês ou português
- D. chinês e português

13) Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, o procedimento deve ser concluído no prazo de quantos dias, salvo se outro prazo decorrer da lei ou for imposto por circunstâncias excepcionais?

- A. trinta
- B. sessenta
- C. noventa
- D. cento e vinte

14) Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, os deveres gerais dos interessados incluem:

- A. não formular pretensões ilegais
- B. não articular factos contrários à verdade
- C. não requerer diligências meramente dilatórias
- D. todas as opções acima

15) Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, as informações solicitadas pelos interessados devem ser fornecidas pelos serviços no prazo máximo de quantos dias contados a partir do momento de apresentação?

- A. dez dias úteis
- B. dez dias seguintes
- C. quinze dias úteis
- D. quinze dias seguintes

16) Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, na falta de disposição especial ou de fixação pela Administração, o prazo para os actos a praticar pelos órgãos administrativos é de quantos dias?

- A. sete
- B. catorze
- C. quinze
- D. vinte

17) Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, quando a lei impuser a publicação do acto mas não regular os respectivos termos, no prazo de trinta dias, deve a mesma ser feita publicada em:

- A. jornal chinês mais lido na RAEM
- B. jornal português mais lido na RAEM
- C. Boletim Oficial de Macau
- D. Portal do Governo da RAEM

18) Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, a reclamação do particular é apresentada:

- A. ao órgão que exerça poderes de tutela ou de superintendência sobre o autor do acto
- B. ao autor do acto
- C. ao superior hierárquico do autor do acto ou para o delegante ou subdelegante
- D. ao órgão colegial de que este seja membro, ou para o delegante ou subdelegante

19) Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, salvo disposição em contrário, as reclamações e os recursos podem ter por fundamento:

- A. a ilegalidade ou a inconveniência do acto administrativo impugnado
- B. a ilegalidade e a inconveniência do acto administrativo impugnado
- C. a decisão em contrário, total ou parcialmente, de pretensão ou oposição formulada por interessado do acto administrativo impugnado
- D. o acto administrativo impugnado impõe deveres aos interessados

20) Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, a reclamação deve ser apresentada no prazo de quantos dias?

- A. dez
- B. catorze
- C. quinze
- D. vinte e um

21) Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, sempre que a lei não estabeleça prazo diferente, é de quantos dias o prazo para a interposição do recurso hierárquico necessário?

- A. quinze
- B. trinta
- C. quarenta e cinco
- D. sessenta

22) Em qual dos seguintes casos não está previsto no actual Código do Procedimento Administrativo que o recurso deve ser rejeitado?

- A. quando haja sido interposto ao superior hierárquico do autor do acto
- B. quando o acto impugnado não seja susceptível de recurso
- C. quando o recorrente careça de legitimidade
- D. quando o recurso haja sido interposto fora do prazo

23) Nos termos do disposto no Código do Procedimento Administrativo em vigor, são contratos administrativos, designadamente, os contratos de:

- A. empreitada de obras públicas
- B. concessão de serviços públicos
- C. fornecimento contínuo
- D. todas as opções acima

24) Nos termos do Código do Procedimento Administrativo em vigor, salvo regime especial, o co-contratante deve ser escolhido por:

- A. concurso público
- B. concurso limitado
- C. ajuste directo
- D. todas as opções acima

Respostas

Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 57/99/M, de 11 de Outubro		
Perguntas	Respostas	Legislação
1	A	Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 57/99/M
2	B	N.º 2 do artigo 1.º do «Código do Procedimento Administrativo»
3	D	N.º 1 do artigo 2.º do «Código do Procedimento Administrativo»
4	B	Artigo 4.º do «Código do Procedimento Administrativo»
5	C	Artigo 6.º do «Código do Procedimento Administrativo»
6	A	N.º 1 do artigo 8.º do «Código do Procedimento Administrativo»
7	B	N.º 2 do artigo 9.º do «Código do Procedimento Administrativo»
8	D	Artigo 10.º do «Código do Procedimento Administrativo»
9	B	N.º 2 do artigo 11.º do «Código do Procedimento Administrativo»
10	A	Artigo 12.º do «Código do Procedimento Administrativo»
11	D	Alíneas a) e) e f) do n.º 1 do artigo 46.º e alínea d) do n.º 1 do artigo 50.º do «Código do Procedimento Administrativo»
12	C	N.º 1 do artigo 56.º do «Código do Procedimento Administrativo» , artigo 9.º da «Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau República Popular da China»
13	C	N.º 1 do artigo 61.º do «Código do Procedimento Administrativo»
14	D	N.º 1 do artigo 62.º do «Código do Procedimento Administrativo»
15	A	N.º 4 do artigo 63.º do «Código do Procedimento Administrativo»
16	C	N.º 1 do artigo 73.º do «Código do Procedimento Administrativo»
17	C	N.º 4 do artigo 120.º do «Código do Procedimento Administrativo»
18	B	Alínea a) do n.º 2 do artigo 145.º do «Código do Procedimento Administrativo»
19	A	Artigo 146.º do «Código do Procedimento Administrativo»

Respostas

Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 57/99/M, de 11 de Outubro		
Perguntas	Respostas	Legislação
20	C	Artigo 149.º do «Código do Procedimento Administrativo»
21	B	N.º 1 do artigo 155.º do «Código do Procedimento Administrativo»
22	A	Alíneas b) a d) do artigo 160.º do «Código do Procedimento Administrativo»
23	D	Alíneas a), c) e e) do n.º 2 do artigo 165.º do «Código do Procedimento Administrativo»
24	D	N.º 1 do artigo 169.º do «Código do Procedimento Administrativo»

- 1) **O Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor aplica-se ao pessoal dos serviços públicos da Administração de Macau, incluindo:**
 - A. Associações privadas e serviços autónomos
 - B. Serviços e fundos autónomos
 - C. Associações privadas e fundos autónomos
 - D. Todas as opções acima

- 2) **Para efeitos do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor consideram-se trabalhadores da Administração Pública:**
 - A. Os funcionários e agentes
 - B. Os funcionários
 - C. Os agentes
 - D. Nenhuma das opções acima

- 3) **Salvo disposição especial, a competência para a prática dos actos previstos no Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor é do:**
 - A. Governador
 - B. Presidente da Assembleia Legislativa
 - C. Chefe do Executivo
 - D. Presidente do Tribunal de Última Instância

4) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, do processo individual devem constar:

- A. Todos os factos que possam interessar à situação funcional de terceiros
- B. Todos os documentos que possam interessar ao estado de saúde do superior hierárquico
- C. Todos os factos e documentos que possam interessar à situação funcional, deveres e direitos do trabalhador
- D. Nenhuma das opções acima

5) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, sempre que o funcionário ou agente se encontre colocado noutra serviço em situação transitória, devem ser comunicados, com a brevidade possível, todos os factos susceptíveis de constarem do respectivo processo individual, ao:

- A. Serviço de origem
- B. Chefe do Executivo
- C. Presidente da Assembleia Legislativa
- D. Presidente do Tribunal de Última Instância

6) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, qual das opções abaixo indicadas não constitui requisito geral para o desempenho de funções públicas?

- A. Habilitação académica ou profissional
- B. Menoridade
- C. Capacidade profissional
- D. Aptidão física e mental

7) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, para quais das funções abaixo indicadas podem ser excepcionalmente admitidos trabalhadores de nacionalidade diferente das nacionalidades portuguesa ou chinesa, não se considerando nesta excepção os cargos de direcção e chefia?

- A. Funções de carácter predominantemente técnico
- B. Funções de carácter predominantemente científico
- C. Funções de carácter predominantemente de ensino
- D. Todas as opções acima

8) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, no caso de concurso público, os candidatos ao exercício de funções públicas devem, até ao termo do prazo para apresentação de candidaturas fixado no aviso de abertura do concurso, reunir os:

- A. Requisitos gerais
- B. Requisitos especiais
- C. Requisitos gerais ou especiais
- D. Requisitos gerais e especiais

9) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, o provimento efectuado com inobservância do requisito da habilitação académica ou da qualificação profissional:

- A. É nulo
- B. É anulável
- C. Não produz efeito
- D. Não existe

10) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, o exercício de funções públicas obedece ao:

- A. Princípio da exclusividade
- B. Princípio da acumulação
- C. Princípio da semi exclusividade
- D. Nenhuma das opções acima

11) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, em qual das seguintes situações é permitida a acumulação de cargos ou lugares públicos dos trabalhadores?

- A. Actividades privadas
- B. Actividades de formação profissional
- C. Actividades docentes, independentemente da compatibilidade de horário
- D. Nenhuma das opções acima

12) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, com excepção do pessoal de direcção e chefia, a admissão em lugar do quadro tem carácter provisório durante:

- A. Seis meses
- B. Um ano
- C. Dois anos
- D. Três anos

13) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, qual das seguintes opções é instrumento de mobilidade?

- A. A transferência
- B. O destacamento
- C. A requisição
- D. Todas as opções acima

14) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, o acto de posse é:

- A. Público
- B. Pessoal
- C. Público e pessoal
- D. Público ou pessoal

15) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, em que circunstâncias abaixo discriminadas há lugar a posse?

- A. Nomeação provisória
- B. Comissão de serviço em todas as situações
- C. Nomeação definitiva, em todas as situações
- D. Nenhuma das opções acima

16) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, todos os actos relativos a pessoal com implicação na sua situação jurídico-funcional devem ser comunicados pelos respectivos serviços, no prazo máximo de 15 dias, à:

- A. Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública
- B. Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça
- C. Direcção dos Serviços de Finanças
- D. Direcção dos Serviços de Identificação

17) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, salvo disposição em contrário para circunstâncias especiais, os trabalhadores da Administração Pública de Macau prestam:

- A. 30 horas de trabalho semanais
- B. 32 horas de trabalho semanais
- C. 36 horas de trabalho semanais
- D. 38 horas de trabalho semanais

18) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, os trabalhadores estão obrigados ao rigoroso cumprimento do horário diário de trabalho. Os atrasos dão origem a marcação de falta injustificada caso sejam:

- A. Superiores a 15 minutos diários ou 30 minutos semanais
- B. Superiores a 20 minutos diários ou 40 minutos semanais
- C. Superiores a 30 minutos diários ou 60 minutos semanais
- D. Todas as opções acima

19) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, o regime de horário de trabalho pode ser geral ou especial. Qual que é o regime de horário de trabalho especial?

- A. Horário flexível de trabalho
- B. Trabalho por turnos
- C. Horário específico de trabalho
- D. Todas as opções acima

20) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, salvo disposição legal em contrário, o direito a férias é irrenunciável e o seu gozo efectivo:

- A. Não pode ser substituído por qualquer compensação pecuniária
- B. Pode ser substituído por compensação de uma remuneração correspondente aos dias de férias
- C. Pode ser substituído por compensação de uma remuneração dupla
- D. Pode ser substituído por compensação de outros subsídios

21) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, nas seguintes expressões relativas aos efeitos das férias, o que está correcto é:

- A. Durante as férias, o trabalhador não tem direito às remunerações a que teria direito se se encontrasse em serviço efectivo
- B. Durante as férias, é absoluto que não pode ser exercida qualquer actividade remunerada
- C. Durante as férias, não pode ser exercida qualquer actividade remunerada, salvo se a mesma já viesse sendo legalmente exercida
- D. Durante o período das férias, há perda dos correspondentes direitos ou regalias do trabalhador

22) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, por conveniência de serviço devidamente fundamentada e mediante autorização do dirigente do serviço, podem ser transferidos, para o ano civil seguinte, os dias de férias vencidos ou acumulados, até ao limite máximo de:

- A. 11 dias úteis
- B. 22 dias úteis
- C. 33 dias úteis
- D. 44 dias úteis

23) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, quais são as faltas consideradas como injustificadas?

- A. As faltas dadas por motivos não previstos nos termos deste Estatuto
- B. As faltas não justificadas nos termos deste Estatuto
- C. As faltas que dependam de aceitação do respectivo dirigente, nos casos em que este não considere justificação bastante as razões invocadas pelo trabalhador
- D. As faltas acima referidas são todas consideradas como injustificadas

24) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, o que é que as faltas injustificadas determinam, para além das consequências disciplinares legalmente previstas?

- A. A perda da remuneração correspondente aos dias de ausência
- B. A não contagem para efeitos de antiguidade
- C. O desconto nas férias do ano civil
- D. Todas as opções acima

25) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, quanto às faltas do trabalhador por motivo de casamento, com quantos dias, de antecedência, no mínimo, devem ser comunicadas, por escrito, relativamente à data do seu início? E qual o período de tempo de que o trabalhador dispõe para comprovar o casamento mediante a exibição da respectiva certidão?

- A. 15 dias; 30 dias
- B. 10 dias; 30 dias
- C. 15 dias; 20 dias
- D. 10 dias; 20 dias

26) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, quantos dias as trabalhadoras têm direito a faltar por motivo de parto? E quantos dias devem ser gozados obrigatória e imediatamente após o parto?

- A. 90 dias; 30 dias
- B. 90 dias; 60 dias
- C. 60 dias; 30 dias
- D. 60 dias; 20 dias

27) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, quanto às faltas por paternidade dos trabalhadores, quando devem ser participadas as faltas, justificadas mediante exibição da certidão de nascimento?

- A. No próprio dia em que ocorrerem as faltas
- B. Durante três dias após a ocorrência das faltas
- C. Durante cinco dias após a ocorrência das faltas
- D. Durante cinco dias úteis após a ocorrência das faltas

28) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, a partir de quantos dias, seguidos ou interpolados, de falta por doença, em cada ano civil, os que excedam descontam na antiguidade para efeitos de categoria e carreira?

- A. 10 dias
- B. 15 dias
- C. 20 dias
- D. 30 dias

29) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, a ausência do trabalhador por doença pode ser justificada mediante a apresentação de:

- A. Declarações de internamento hospitalar e convalescença
- B. Declaração de visita hospitalar
- C. Certidão de registo de migração
- D. Certidão de nascimento

30) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, o atestado médico, para justificar a falta do trabalhador por doença, é passado em impresso próprio, o qual deve dar entrada no serviço onde o trabalhador exerce funções até:

- A. Final do primeiro dia útil imediato ao da ausência
- B. Final do segundo dia útil imediato ao da ausência
- C. Final do terceiro dia útil imediato ao da ausência
- D. Final do quarto dia útil imediato ao da ausência

31) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, em relação às faltas por doença dos trabalhadores, de entre as afirmações abaixo discriminadas, a afirmação correcta é:

- A. Salvo nos casos de internamento hospitalar, o dirigente do serviço pode, a qualquer momento, solicitar a verificação domiciliária da doença a médico privativo ou aos Serviços de Saúde de Macau
- B. Quando a doença não implicar a permanência no domicílio, a verificação da doença é efectuada no local, dia e hora que forem indicados pelo trabalhador na declaração que acompanha o atestado médico
- C. No caso do trabalhador se encontrar internado, a justificação da ausência por motivo de doença faz-se mediante declaração de internamento, passada pelo estabelecimento hospitalar
- D. Todas as opções acima

32) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, salvo nos casos de internamento em estabelecimento hospitalar, o trabalhador deve ser submetido à Junta de Saúde, solicitada pelo dirigente do serviço quando:

- A. Atinja o limite de 30 dias de ausência ao serviço por motivo de doença justificada nos termos do presente Estatuto
- B. A actuação do doente indicie um comportamento fraudulento, independentemente do número de dias de ausência ao serviço
- C. O comportamento do trabalhador não indicie perturbação física ou psíquica que comprometa o normal desempenho das suas funções
- D. Todas as opções acima

33) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, para efeitos de aposentação, se tiver completado de 15 anos de serviço, findos os prazos limite para as faltas por doença, o trabalhador é:

- A. Automaticamente desligado do serviço
- B. Desligado do serviço e reembolsado dos descontos efectuados para efeitos de aposentação
- C. Automaticamente desligado do serviço para efeitos de aposentação
- D. Desligado do serviço e reembolsado dos descontos efectuados para efeitos de sobrevivência

34) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, a adopção do horário flexível de trabalho deve observar as seguintes regras?

- A. A duração normal de trabalho é de 36 horas por semana
- B. Não é permitido aos trabalhadores o débito de horas de trabalho, nem o transporte de horas que ultrapassem a duração de trabalho de 36 horas para a semana seguinte
- C. Devem ser definidos os períodos de trabalho de presença obrigatória, designados como plataformas fixas, quer na parte da manhã, quer na parte da tarde
- D. Todas as opções acima

35) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, considera-se em serviço o acidente que, produzindo, directa ou indirectamente, lesão corporal, perturbação funcional ou doença de que resulte a incapacidade ou morte do sinistrado, ocorra:

- A. No local de trabalho, durante o desempenho das suas funções
- B. Fora do local de trabalho, na execução de serviços superiormente ordenados
- C. No percurso normal entre a residência e o local de trabalho
- D. Todas as opções acima

36) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, caso ocorra um acidente em serviço, quando deve ser comunicado o acidente, por escrito, pelo sinistrado ou por terceiro, ao dirigente do serviço do sinistrado?

- A. Nos 3 dias imediatos à sua ocorrência
- B. Nos 5 dias imediatos à sua ocorrência
- C. Nos 7 dias imediatos à sua ocorrência
- D. Nos 10 dias imediatos à sua ocorrência

37) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, o trabalhador que utilize qualquer artifício ou meio irregular ou se socorra de fraude para beneficiar das protecções e regalias estabelecidas em matéria de acidente em serviço incorre em:

- A. Responsabilidade disciplinar, sem prejuízo de eventual procedimento criminal
- B. Responsabilidade disciplinar, sem prejuízo de eventual procedimento civil
- C. Responsabilidade penal, sem prejuízo de eventual procedimento civil
- D. Responsabilidade civil

38) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, em relação às faltas do trabalhador devido a acidente em serviço, qual das afirmações abaixo indicadas está correcta?

- A. Imediatamente após o conhecimento da ocorrência do acidente, o dirigente do serviço deve providenciar no sentido de serem garantidos ao sinistrado os cuidados de saúde necessários
- B. No início do tratamento, o médico que prestar cuidados de saúde deve descrever as lesões e a sintomatologia do sinistrado, preenchendo o impresso próprio
- C. Quando o sinistrado se encontra impossibilitado de desempenhar plenamente as suas funções por período superior a 60 dias, por solicitação do dirigente do serviço a que o sinistrado pertence, é obrigatoriamente submetido à Junta de Saúde
- D. As afirmações acima referidas são todas correctas

39) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, quando o trabalhador estiver em situação de impossibilidade de pleno desempenho de funções resultante de acidente em serviço, deve:

- A. Confirmar situação de impossibilidade mensalmente por declaração do médico
- B. Confirmar situação de impossibilidade de dez em dez dias por declaração do médico
- C. Confirmar situação de impossibilidade mensalmente por declaração do dirigente do serviço
- D. Confirmar situação de impossibilidade de dez em dez dias por declaração do dirigente do serviço

40) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, em que circunstâncias o sinistrado do acidente em serviço tem direito a ser aposentado nos termos da lei?

- A. No caso de incapacidade provisória e parcial
- B. No caso de incapacidade permanente e parcial
- C. No caso de declaração de incapacidade permanente emitida pelo médico assistente
- D. No caso de declaração de incapacidade permanente e absoluta emitida pela Junta de Saúde

41) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, em cada ano civil, os trabalhadores estudantes podem faltar ao serviço, seguida ou interpoladamente, até 6 dias úteis, com desconto no vencimento, mas sem perda de quaisquer outros direitos ou regalias, desde que não haja inconveniência para o serviço e o requeiram com a antecedência mínima de:

- A. 7 dias úteis
- B. 7 dias
- C. 8 dias úteis
- D. 8 dias

42) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, em relação às faltas para prestação de provas em concursos no âmbito dos serviços públicos pelo período de tempo necessário para a sua realização, quando devem ser participadas e justificadas por declaração do júri do concurso a apresentar no prazo de 48 horas?

- A. Até à sua véspera
- B. Dois dias antes da sua ausência
- C. Três dias antes da sua ausência
- D. Quatro dias antes da sua ausência

43) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, as faltas dadas para cumprimento de obrigações legais devem, em regra e sempre que possível, ser participadas:

- A. Dois dias antes da sua ausência e justificadas no prazo de 72 horas
- B. Até à sua véspera e justificadas no prazo de 48 horas
- C. No próprio dia da ausência e justificadas no prazo de 24 horas
- D. Nenhuma das opções acima

44) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, são beneficiários titulares com direito a cuidados de saúde:

- A. Todos os trabalhadores da Administração no activo
- B. Os funcionários que, por motivo de doença, hajam passado à situação de licença sem vencimento de longa duração
- C. O pessoal que se encontre a aguardar aposentação ou esteja aposentado
- D. Todas as opções acima

45) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, a contribuição por parte do beneficiário titular é, sobre a totalidade do respectivo vencimento, salário ou pensão de aposentação, fixada em:

- A. 1.5%
- B. 1%
- C. 0.5%
- D. 0.1%

46) O tempo de serviço releva para os efeitos previstos no Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor ou em lei especial e, designadamente, para:

- A. Progressão e acesso nas carreiras
- B. Concessão de licenças
- C. Aposentação e sobrevivência
- D. Todas as opções acima

47) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, o tempo de duração das situações de suspensão preventiva determinada em processo disciplinar quando seguidas de aplicação de pena:

- A. É considerado tempo de serviço efectivo
- B. Não é considerado tempo de serviço efectivo
- C. É considerado tempo de serviço efectivo, dependendo das circunstâncias concretas
- D. Nenhuma das opções acima

48) Só as remunerações permitidas ou previstas no Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor ou em lei especial podem ser processadas, liquidadas e pagas aos trabalhadores da Administração. Este articulado refere-se ao:

- A. Princípio da igualdade
- B. Princípio da proporcionalidade
- C. Princípio da legalidade
- D. Princípio da isenção

49) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, o subsídio de férias dos trabalhadores é:

- A. Inalienável e impenhorável
- B. Inalienável mas penhorável
- C. Alienável e penhorável
- D. Alienável mas impenhorável

50) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, que regime se aplica ao pessoal isento de horário de trabalho?

- A. Horário flexível de trabalho
- B. Horário específico de trabalho
- C. Trabalho por turnos
- D. Nenhuma das opções acima

51) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, em que período de tempo o trabalho prestado é considerado como trabalho extraordinário?

- A. No período normal de trabalho
- B. Em dias de descanso semanal
- C. Em turnos determinados no regime de trabalho por turnos
- D. Nenhuma das opções acima

52) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, a prestação de trabalho extraordinário:

- A. A prestação de trabalho extraordinário é exigida em virtude de acumulação anormal de trabalho ou em situações de urgência, e está sujeita a autorização prévia do dirigente do serviço, podendo, em caso de excepcional premência, ser determinada pelo superior hierárquico do trabalhador, devendo, neste caso, ser confirmada nos 2 dias úteis imediatos à sua realização pelo dirigente do serviço
- B. É apenas determinada superiormente e admitida quando as necessidades do serviço o exigirem, em virtude da acumulação normal de trabalho
- C. Não é determinada superiormente, mas pode ser efectuada em caso de excepcional premência
- D. Não é determinada prévia do dirigente do serviço ou superiormente, mas pode ser efectuada quando as necessidades do serviço o exigirem, em virtude da acumulação anormal de trabalho ou da urgência na realização de trabalhos especiais

53) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, se não for caso de excepcional premência, a prestação de trabalho extraordinário:

- A. Não está sujeita a autorização prévia
- B. Está sujeita a autorização prévia
- C. Está sujeita a ratificação posterior
- D. Não está sujeita a autorização prévia nem ratificação posterior

54) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, a prestação de trabalho extraordinário pode, em caso de excepcional premência, ser determinada pelo superior hierárquico do trabalhador. Em quanto tempo deve ser confirmada posteriormente pelo dirigente do serviço?

- A. 1 dias úteis
- B. 2 dias úteis
- C. 3 dias úteis
- D. 4 dias úteis

55) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, salvo disposição legal em contrário, a prestação de trabalho extraordinário tem os limites de:

- A. 36 horas mensais
- B. 44 horas mensais
- C. 52 horas mensais
- D. 60 horas mensais

56) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, em qual das circunstâncias abaixo discriminadas é que os funcionários ou agentes são obrigatoriamente desligados do serviço para efeitos de aposentação?

- A. Quando atingirem os 50 anos
- B. Quando sofrerem de incapacidade permanente e absoluta para o exercício das suas funções, em virtude de acidente de serviço
- C. Quando forem declarados permanente e absolutamente incapazes pela Junta de Saúde para o exercício de funções públicas
- D. Quando tiverem um período mínimo de 10 anos de serviço para efeitos de aposentação, sejam punidos com pena de aposentação compulsiva

57) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, a pensão de aposentação é igual à trigésima sexta parte do vencimento que lhe serve de base no cálculo, multiplicada pelo número de anos de serviço contados para a aposentação, até ao limite de:

- A. 36 anos
- B. 30 anos
- C. 20 anos
- D. 15 anos

58) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, em qual das circunstâncias abaixo indicadas a situação de aposentado é extinta?

- A. Prescrição do direito
- B. Renúncia ao direito à pensão ou ao capital
- C. Falecimento
- D. Todas as opções acima

59) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, os funcionários e agentes, no exercício da função pública, estão exclusivamente ao:

- A. Serviço do interesse privado
- B. Serviço do interesse público
- C. Serviço do interesse privado e público
- D. Nenhuma das opções acima

60) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, os funcionários e agentes, no exercício da função pública, têm os seguintes deveres:

- A. O dever de isenção e zelo
- B. O dever de obediência e sigilo
- C. O dever de assiduidade e pontualidade
- D. Todas as opções acima

61) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, os funcionários e agentes, no exercício da função pública, têm de observar o dever de isenção, que consiste em:

- A. Exercer as suas funções com eficiência e empenhamento
- B. Tratar com respeito e urbanidade os superiores hierárquicos
- C. Actuar com imparcialidade e independência em relação aos interesses e pressões particulares de qualquer índole, na perspectiva do respeito pela igualdade dos cidadãos
- D. Guardar segredo profissional relativamente aos factos de que tenham conhecimento em virtude do exercício das suas funções e que não se destinem a ser do domínio público

62) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, os funcionários e agentes têm o dever de não retirarem vantagens, directas ou indirectas, pecuniárias ou outras, das funções que exercem, que não sejam devidas por lei. Trata-se aqui do:

- A. Dever de isenção
- B. Dever de zelo
- C. Dever de correcção
- D. Dever de assiduidade

63) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, os funcionários e agentes têm o dever de exercerem as suas funções com eficiência e empenhamento. Trata-se aqui do:

- A. Dever de zelo
- B. Dever de obediência
- C. Dever de correcção
- D. Dever de assiduidade

64) Os funcionários e agentes, no exercício da função pública, têm, designadamente, de conhecer as normas legais e regulamentares e as instruções dos seus superiores hierárquicos. De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, trata-se aqui do:

- A. Dever de obediência
- B. Dever de zelo
- C. Dever de correcção
- D. Dever de assiduidade

65) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, os funcionários e agentes, no exercício da função pública, têm de possuir e aperfeiçoar os seus conhecimentos técnicos e métodos de trabalho. Trata-se aqui do:

- A. Dever de obediência
- B. Dever de correcção
- C. Dever de zelo
- D. Dever de assiduidade

66) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, os funcionários e agentes, no exercício da função pública, têm o dever de obediência, que consiste em:

- A. Exercer as suas funções com eficiência e empenhamento
- B. Tratar com respeito e urbanidade os superiores hierárquicos
- C. Cumprir as ordens dos seus legítimos superiores hierárquicos, dadas de qualquer forma
- D. Acatar e cumprir as ordens dos seus legítimos superiores hierárquicos, dadas em objecto de serviço e com a forma legal

67) Os funcionários e agentes têm o dever de desempenhar as suas funções de acordo com as instruções superiores em subordinação aos objectivos de serviço e na perspectiva da prossecução do interesse público, trata-se aqui, de acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, do:

- A. Dever de obediência
- B. Dever de lealdade
- C. Dever de correcção
- D. Dever de isenção

68) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, se os funcionários e agentes revelarem factos de que tenham conhecimento em virtude do exercício das suas funções e que não se destinem a ser do domínio público, trata-se aqui da violação do:

- A. Dever de obediência
- B. Dever de lealdade
- C. Dever de correcção
- D. Dever de sigilo

69) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, os funcionários e agentes têm o dever de tratar com respeito e urbanidade os utentes dos serviços públicos, os colegas, os superiores hierárquicos e os subordinados. O dever acima referido é:

- A. O dever de zelo
- B. O dever de correcção
- C. O dever de lealdade
- D. O dever de isenção

70) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, os funcionários e agentes, no exercício da função pública, têm de observar o dever de assiduidade, que consiste em:

- A. Comparecer regular e continuamente ao serviço
- B. Comparecer regular e intermitentemente ao serviço
- C. Comparecer ao serviço de forma como entender
- D. Nenhuma das opções acima

71) Os funcionários e agentes, no exercício da função pública, têm de comparecer ao serviço dentro das horas que lhes forem designadas, aqui trata-se, de acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, do:

- A. Dever de obediência
- B. Dever de pontualidade
- C. Dever de correcção
- D. Dever de sigilo

72) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, o acto praticado pelo funcionário ou agente, com violação de algum dos deveres gerais ou especiais a que está vinculado é considerado infracção disciplinar, quando este for:

- A. Facto doloso
- B. Facto negligente
- C. Facto culposo
- D. Nenhuma das opções acima

73) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, consideram-se circunstâncias atenuantes da responsabilidade disciplinar dos funcionários ou agentes:

- A. A confissão espontânea da infracção
- B. A publicidade da infracção
- C. As grandes responsabilidades do cargo exercido
- D. A prestação de mais de 10 anos de serviço

74) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, consideram-se circunstâncias agravantes da responsabilidade disciplinar dos funcionários ou agentes:

- A. O conluio com outros indivíduos para a prática da infracção
- B. A reincidência
- C. A publicidade da infracção quando provocada pelo próprio funcionário ou agente
- D. Todas as opções acima

75) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, é considerada circunstância agravante da responsabilidade disciplinar dos funcionários ou agentes:

- A. A delinquência primária
- B. O facto de ser cometida durante o cumprimento de pena disciplinar
- C. O acatamento bem intencionado de ordem de superior hierárquico, nos casos em que não fosse devida obediência
- D. A ausência de publicidade da infracção

76) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, quanto tempo, entre a formação do desígnio e a prática da infracção é considerado como premeditação, que constitui circunstância agravante da responsabilidade disciplinar dos funcionários ou agentes?

- A. 10 horas
- B. 12 horas
- C. 24 horas
- D. 48 horas

77) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, a reincidência, que constitui circunstância agravante da responsabilidade disciplinar dos funcionários ou agentes, dá-se quando:

- A. A infracção é cometida antes de decorrido 1 ano sobre o dia em que tiver findado o cumprimento da pena imposta por virtude de idêntica infracção
- B. A infracção é cometida antes de decorrido 6 meses sobre o dia em que tiver findado o cumprimento da pena imposta por virtude de idêntica infracção
- C. A infracção é cometida antes de decorrido 3 meses sobre o dia em que tiver findado o cumprimento da pena imposta por virtude de idêntica infracção
- D. Nenhuma das opções acima

78) A infracção do trabalhador ou agente cometida depois de decorrido 1 ano sobre o dia em que tiver findado o cumprimento da pena imposta por virtude de idêntica infracção ou de natureza diferente, constitui qual das circunstâncias agravantes definidas no Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor?

- A. A reincidência
- B. A sucessão
- C. A acumulação
- D. A premeditação

- 79) **De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, a acumulação que constitui uma circunstância agravante da responsabilidade disciplinar, dá-se:**
- A. Quando duas ou mais infracções são cometidas na mesma ocasião
 - B. Quando uma é cometida antes de ter sido punida a anterior
 - C. As opções A ou B
 - D. Nenhuma das opções acima
- 80) **De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, constitui circunstância dirimente da responsabilidade disciplinar dos trabalhadores:**
- A. A coacção física, invencível
 - B. A privação accidental e involuntária do exercício das faculdades intelectuais, no momento da prática do acto ilícito
 - C. A não exigibilidade de conduta diversa
 - D. Todas as opções acima
- 81) **De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, em relação à responsabilidade disciplinar, a legítima defesa, própria ou alheia constitui:**
- A. Circunstância dirimente
 - B. Circunstância atenuante
 - C. Circunstância agravante
 - D. Nenhuma das opções acima

- 82) **De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, o procedimento disciplinar prescreve passado(s):**
- A. 1 ano sobre a data em que a falta houver sido cometida
 - B. 2 anos sobre a data em que a falta houver sido cometida
 - C. 3 anos sobre a data em que a falta houver sido cometida
 - D. 4 anos sobre a data em que a falta houver sido cometida
- 83) **De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, qual das penas abaixo indicadas será aplicada sem dependência de processo, mas com prévia audiência do infractor?**
- A. A pena de repreensão escrita
 - B. A multa
 - C. A suspensão de funções
 - D. A aposentação compulsiva
- 84) **De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, as penas aplicáveis aos funcionários e agentes que cometerem infracções disciplinares, tramitam por:**
- A. Multa, repreensão escrita, suspensão, aposentação compulsiva e demissão
 - B. Repreensão escrita, multa, aposentação compulsiva, suspensão e demissão
 - C. Repreensão escrita, multa, suspensão, demissão e aposentação compulsiva
 - D. Repreensão escrita, multa, suspensão, aposentação compulsiva e demissão

85) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, em relação às penas disciplinares, a afirmação correcta é:

- A. A pena de aposentação compulsiva consiste no afastamento definitivo do funcionário ou agente do serviço.
- B. A pena de suspensão consiste na imposição da passagem do funcionário ou agente à situação de aposentado.
- C. A pena de demissão consiste no afastamento provisório do funcionário ou agente do serviço, fazendo cessar o vínculo funcional.
- D. A pena de repreensão escrita consiste em mero reparo pela infracção praticada.

86) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, a pena de suspensão mais leve tem uma duração variável entre:

- A. 241 dias a 1 ano
- B. 121 dias a 240 dias
- C. 10 dias a 120 dias
- D. 10 dias a 240 dias

87) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, para os funcionários e agentes aposentados a pena de aposentação compulsiva:

- A. Será substituída pela perda de pensão correspondente a 20 dias.
- B. Será substituída pela perda do direito à pensão por um período de 2 anos.
- C. Será substituída pela suspensão do abono da pensão por um período de 4 anos.
- D. Nenhuma das opções acima.

88) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, salvo disposição em contrário no referido Estatuto, a pena de suspensão prescreve no prazo seguinte, contado da data em que a decisão se tornou irrecorrível:

- A. 2 anos
- B. 3 anos
- C. 4 anos
- D. 5 anos

89) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, salvo disposição em contrário no referido Estatuto, a pena de demissão prescreve no prazo seguinte, contado da data em que a decisão se tornou irrecorrível:

- A. 2 anos
- B. 3 anos
- C. 4 anos
- D. 5 anos

90) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, quando é que as penas disciplinares produzem efeitos?

- A. A partir da data em que é iniciada a sua execução.
- B. A partir da data em que é concluída a sua execução.
- C. A partir da data em que é tomada a decisão.
- D. A partir da data da publicação da decisão no Boletim Oficial na Região Administrativa Especial de Macau.

91) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, a pena de suspensão determina:

- A. A perda da faculdade de gozar férias no período de 6 meses contado do termo do cumprimento da pena.
- B. A impossibilidade do exercício do cargo ou função, com suspensão do vínculo respectivo.
- C. A perda do direito à assistência médica.
- D. A perda do direito à percepção dos subsídios de família e residência.

92) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, os funcionários ou agentes aposentados compulsivamente serão imediatamente afastados do serviço. Depois de quanto tempo a partir da data da notificação da pena irão receber a respectiva pensão?

- A. Decorridos 6 meses
- B. Decorridos 8 meses
- C. Decorrido 1 ano
- D. Decorridos 18 meses

93) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, a pena de demissão importa:

- A. A impossibilidade de progressão e acesso durante 2 anos.
- B. A perda do direito dos funcionários e agentes à assistência médica e à percepção dos subsídios de família e residência.
- C. A perda de todos os direitos de funcionário ou agente.
- D. Nenhuma das opções acima

94) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, por faltas leves, que não tenham trazido prejuízo ou descrédito para o serviço será aplicável:

- A. A pena de demissão
- B. A pena de repreensão escrita
- C. A pena de multa
- D. A pena de suspensão

95) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, quanto às penas disciplinares, a circunstância que determina a aplicação da pena de multa é:

- A. Na arrumação dos livros e documentos a seu cargo não observarem a ordem estabelecida superiormente ou que na escrituração cometerem erros por negligência.
- B. Deixarem de cumprir ordens dos superiores hierárquicos, sem consequências importantes.
- C. Não usarem de correcção para com os superiores hierárquicos, subordinados, colegas ou para com o público.
- D. Todas as opções acima

- 96) **De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, qual é a pena aplicada aos funcionários e agentes, se estes deixarem de participar às autoridades competentes infracções graves, cometidas por subordinado, de que tiverem conhecimento no exercício das suas funções?**
- A. A pena de suspensão fixada entre 121 a 240 dias
 - B. A pena de suspensão fixada entre 10 a 120 dias
 - C. A pena de suspensão fixada entre 241 a 1 ano
 - D. A pena de aposentação compulsiva ou demissão.
- 97) **De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, qual dos actos abaixo indicados determina a aplicação, ao autor, da pena de aposentação compulsiva ou demissão?**
- A. Casos de negligência e de má compreensão dos deveres funcionais.
 - B. Comparência ao serviço em estado de embriaguez ou sob o efeito de estupefacientes ou drogas equiparadas.
 - C. A prática, no exercício das suas funções, de actos manifestamente ofensivos das instituições e princípios constitucionais.
 - D. Ausência ao serviço, sem justificação, de 5 dias seguidos, num mesmo ano civil.

- 98) **De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, em relação aos funcionários ou agentes que revelem comprovada incompetência profissional, são aplicados a pena de:**
- A. Repreensão escrita
 - B. Multa
 - C. Suspensão
 - D. Aposentação compulsiva ou demissão
- 99) **De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, em relação às penas disciplinares, havendo reincidência, a pena a aplicar, quando igual ou superior a multa:**
- A. Os funcionários ou agentes não serão afectados.
 - B. Será obrigatoriamente agravada para a pena de escalão imediatamente superior.
 - C. Poderá ser agravada para a pena de escalão imediatamente superior.
 - D. Nenhuma das opções acima.
- 100) **De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, em situações legalmente definidas, a pena disciplinar pode ser suspensa e o tempo de suspensão, contando-se estes prazos desde a data da notificação ao arguido da respectiva decisão, não pode:**
- A. Ser inferior a 1 ano
 - B. Ser superior a 3 anos
 - C. Ser inferior a 1 ano nem superior a 3 anos
 - D. Nenhuma das opções acima

101) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, por infracção punível com que pena podem os arguidos ser preventivamente suspensos do exercício das suas funções?

- A. Repreensão escrita
- B. Pena de multa
- C. Pena de suspensão de 121 a 240 dias
- D. Nenhuma das opções acima

102) De acordo com o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública em vigor, depois de quanto tempo após a aplicação ou cumprimento da pena, o interessado ou seu representante pode requerer a reabilitação?

- A. 1 ano
- B. 2 anos
- C. 3 anos
- D. 5 anos

Respostas

Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau, vigente		
Perguntas	Respostas	Legislação
1	B	N.º 1 do artigo 1.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
2	A	N.º 1 do artigo 2.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
3	C	N.º 1 do artigo 4.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau e n.º 4 do Anexo IV da Lei de Reunificação
4	C	N.º 3 do artigo 8.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
5	A	N.º 5 do artigo 8.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
6	B	Alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
7	D	N.º 2 do artigo 10.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
8	D	A primeira parte do artigo 15.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
9	A	N.º 2 do artigo 16.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
10	A	N.º 1 do artigo 17.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
11	B	N.º 2 do artigo 17.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
12	C	N.º 1 do artigo 22.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
13	D	Artigo 31.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
14	C	N.º 3 do artigo 35.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
15	A	Alínea a) do n.º 1 do artigo 36.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau

Respostas

Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau, vigente		
Perguntas	Respostas	Legislação
16	A	N.º 1 do artigo 39.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
17	C	N.º 1 do artigo 77.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
18	D	N.º 5 do artigo 78.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
19	D	N.º 4 do artigo 78.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
20	A	N.º 3 do artigo 80.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
21	C	N.º 1 do artigo 81.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
22	C	N.º 7 do artigo 83.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
23	D	N.º 1 do artigo 90.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
24	D	N.º 2 do artigo 90.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
25	A	N.º 2 e 3 do artigo 91.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
26	B	N.º 1 e 2 do artigo 92.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
27	A	N.º 3 do artigo 93.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
28	D	N.º 6 do artigo 97.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
29	A	Alínea b) do artigo 100.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
30	B	N.º 2 do artigo 101.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau

Respostas

Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau, vigente		
Perguntas	Respostas	Legislação
31	D	N.º 1 e 2 do artigo 102.º e n.º 1 do artigo 103.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
32	B	Alínea b) do n.º 1 do artigo 104.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
33	C	Alínea a) do n.º 1 do artigo 107.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
34	D	N.º 1 do artigo 79.º-C do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
35	D	N.º 1 do artigo 111.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
36	A	N.º 2 do artigo 111.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
37	A	N.º 1 do artigo 112.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
38	D	Artigo 114.º, n.º 1 do artigo 115.º e n.º 1 do artigo 116.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
39	A	N.º 2 do artigo 117.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
40	D	Artigo 119.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
41	B	N.º 2 do artigo 125.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
42	A	N.º 2 do artigo 130.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
43	B	N.º 2 do artigo 131.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
44	D	N.º 1 do artigo 147.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
45	C	N.º 1 do artigo 155.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau

Respostas

Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau, vigente		
Perguntas	Respostas	Legislação
46	D	Alínea a), b) e c) do artigo 156.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
47	B	N.º 2 do artigo 157.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
48	C	Artigo 175.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
49	A	N.º 6 do artigo 184.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
50	D	N.º 2 do artigo 79.º-A do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
51	B	N.º 1 do artigo 79.º-H do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
52	A	N.º 1 e 2 do artigo 79.º-I do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
53	B	N.º 2 do artigo 79.º-I do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
54	B	N.º 2 do artigo 79.º-I do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
55	C	N.º 5 do artigo 79.º-I do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
56	B	Alínea c) do n.º 1 do artigo 262.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
57	A	N.º 1 do artigo 264.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
58	D	Alínea a), b) e d) do n.º 1 do artigo 270.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
59	B	N.º 1 do artigo 279.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
60	D	Alínea a), b), c), e), g) e h) do n.º 2 do artigo 279.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau

Respostas

Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau, vigente		
Perguntas	Respostas	Legislação
61	C	N.º 3 do artigo 279.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
62	A	N.º 3 do artigo 279.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
63	A	N.º 4 do artigo 279.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
64	B	N.º 4 do artigo 279.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
65	C	N.º 4 do artigo 279.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
66	D	N.º 5 do artigo 279.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
67	B	N.º 6 do artigo 279.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
68	D	N.º 7 do artigo 279.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
69	B	N.º 8 do artigo 279.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
70	A	N.º 9 do artigo 279.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
71	B	N.º 10 do artigo 279.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
72	C	Artigo 281.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
73	A	Alínea b) do artigo 282.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
74	D	Alínea d), f) e i) do n.º 1 do artigo 283.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
75	B	Alínea e) do n.º 1 do artigo 283.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau

Respostas

Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau, vigente		
Perguntas	Respostas	Legislação
76	C	N.º 2 do artigo 283.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
77	A	N.º 3 do artigo 283.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
78	B	N.º 4 do artigo 283.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
79	C	N.º 5 do artigo 283.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
80	D	Alínea a), b) e d) do artigo 284.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
81	A	Alínea c) do artigo 284.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
82	C	N.º 1 do artigo 289.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
83	A	N.º 2 do artigo 291.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
84	D	N.º 1 do artigo 300.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
85	D	Artigo 301.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
86	C	N.º 2 do artigo 303.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
87	B	N.º 2 do artigo 306.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
88	B	Alínea b) do artigo 307.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
89	D	Alínea c) do artigo 307.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
90	A	Artigo 308.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau

Respostas

Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau, vigente		
Perguntas	Respostas	Legislação
91	B	N.º 1 do artigo 309.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
92	D	N.º 2 do artigo 310.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
93	C	Artigo 311.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
94	B	Artigo 312.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
95	D	Alínea a), b) e d) do n.º 2 do artigo 313.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
96	A	Alínea i) do n.º 2 e n.º 3 do artigo 314.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
97	C	Alínea c) do n.º 2 do artigo 315.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
98	D	Alínea g) do n.º 2 do artigo 315.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
99	B	N.º 3 do artigo 316.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
100	C	N.º 2 do artigo 317.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
101	D	N.º 1 do artigo 331.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau
102	B	Alínea b) do n.º 3 do artigo 349.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau

1) Salvo disposição em contrário, o Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos, em vigor, não é aplicável aos trabalhadores providos:

- A. Ao abrigo de estatutos privativos de pessoal ou para servirem como consultores ou em funções técnicas especializadas; para desempenharem funções nas Delegações da RAEM no exterior, nos termos da legislação do local onde se encontra sediada a Delegação
- B. Para desempenharem funções que, pela sua natureza ou especificidade, sejam reguladas por diploma próprio
- C. Em empresas ou associações públicas, ou sociedades com capital total ou parcialmente público
- D. Todas as acima referidas

2) Nos termos do Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos, em vigor, a definição “o conjunto do pessoal definido com base na caracterização genérica do respectivo conteúdo funcional”, refere-se a uma das opções seguintes. Qual é a correcta?

- A. Grupo de pessoal
- B. Carreira geral
- C. Carreira especial
- D. Nível

Lei n.º 14/2009 (Regime das carreiras dos trabalhadores dos serviços públicos), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017

3) Nos termos do Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos, em vigor, a qual dos seguintes serviços da Administração compete definir o contudo funcional das carreiras gerais e especiais que sejam comuns a vários serviços públicos?

- A. Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública
- B. Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça
- C. Ministério Público
- D. Comissariado da Auditoria

4) Nos termos do Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos, em vigor, o ingresso faz-se, em regra, nas carreiras verticais em que escalão e grau?

- A. 1.º escalão do grau I
- B. 1.ª categoria do grau II
- C. 1.º escalão do grau II
- D. 2.º escalão do grau I

Lei n.º 14/2009 (Regime das carreiras dos trabalhadores dos serviços públicos), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017

5) Nos termos do Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos, em vigor, nas carreiras verticais, a menção obtida na avaliação de desempenho durante o tempo de permanência num escalão para progressão ao imediato deve ser não inferior a:

- A. Excelente
- B. Satisfaz Muito
- C. Satisfaz
- D. Satisfaz Pouco

6) Nos termos do Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos, em vigor, nas carreiras horizontais, uma das opções seguintes, relativas ao tempo de permanência num escalão para progressão ao imediato, com menção «Satisfaz» na avaliação de desempenho não está correcta. Indique qual.

- A. 1 ano, para o 2.º escalão
- B. 3 anos, para o 3.º e 4.º escalões
- C. 4 anos, para o 5.º e 6.º escalões
- D. 5 anos, para o 7.º, 8.º, 9.º e 10.º escalões

Lei n.º 14/2009 (Regime das carreiras dos trabalhadores dos serviços públicos), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017

7) Nos termos do Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos, em vigor, cabe a um dos serviços seguintes poder definir ou alterar as áreas funcionais das carreiras de operário qualificado e auxiliar, sob proposta dos serviços. Indique qual.

- A. Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública
- B. Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça
- C. Assembleia Legislativa
- D. Gabinete do Secretário para a Administração e Justiça

8) Nos termos do Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos, em vigor, as carreiras especiais inserem-se em quais das seguintes áreas de actividade?

- A. Correios, educação e estatística
- B. Comércio, interpretação e tradução e inspecção
- C. Jardinagem, meteorologia e engenharia civil
- D. Saúde, agricultura e meteorologia

9) Nos termos do Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos, em vigor, as carreiras especiais inseridas em determinadas áreas de actividade regem-se por diplomas próprios. Indique em quais.

- A. Educação e segurança
- B. Saúde e justiça
- C. Redacção de línguas e registos e notariado
- D. Todas as acima referidas

Lei n.º 14/2009 (Regime das carreiras dos trabalhadores dos serviços públicos), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017

10) Nos termos do Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos, em vigor, a criação de carreiras especiais deve ser justificada com:

- A. Análise de funções
- B. Especialidade do conteúdo funcional, da área funcional, dos requisitos de ingresso, do desenvolvimento da carreira, dos requisitos habilitacionais ou profissionais, e da exigência de capacidades e competências
- C. Impossibilidade de recurso a carreiras gerais
- D. Todos os acima referidos

11) Nos termos do Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos, em vigor, que cargo pode ser criado desde que se verifique a coordenação de pelo menos 10 trabalhadores ou a complexidade da coordenação seja devidamente comprovada?

- A. Chefia funcional
- B. Chefe
- C. Chefe de secção
- D. Chefe de divisão

Lei n.º 14/2009 (Regime das carreiras dos trabalhadores dos serviços públicos), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017

12) De acordo com o Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos, em vigor, a habilitação profissional:

- A. deve ser adequada ao exercício das funções
- B. é adquirida em cursos de formação ou através de certificado de qualificação profissional emitido pelos serviços públicos
- C. A ou B
- D. A e B

13) De acordo com o Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos, em vigor, as funções do técnico superior são de:

- A. concepção
- B. aplicação
- C. execução
- D. direcção

14) De acordo com o Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos, em vigor, as funções do técnico de apoiosão de:

- A. direcção
- B. concepção
- C. aplicação
- D. execução

15) De acordo com o Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos em vigor, as funções de estudo e aplicação de métodos e processos de natureza técnica, com autonomia e responsabilidade, enquadradas em planificação estabelecida, requerendo uma especialização e conhecimentos profissionais adquiridos através de habilitação académica de nível de bacharelato constituem a caracterização genérica do conteúdo funcional de qual dos seguintes grupos de pessoal?

- A. Técnico superior
- B. Técnico
- C. Técnico de apoio
- D. Operário

16) De acordo com o Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos, em vigor, as funções de natureza executiva de aplicação técnica com base no conhecimento ou adaptação de métodos e processos, enquadrados em directivas bem definidas, exigindo conhecimento técnicos, teóricos e práticos obtidos através de habilitação literária de nível do ensino secundário complementar constituem a caracterização genérica do conteúdo funcional de qual dos seguintes grupos de pessoal?

- A. Operário
- B. Técnico
- C. Técnico de apoio
- D. Técnico superior

Lei n.º 14/2009 (Regime das carreiras dos trabalhadores dos serviços públicos), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017

17) De acordo com o Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos, em vigor, as funções de natureza executiva de carácter manual ou mecânico, de actividades produtivas e de reparação ou manutenção, com graus de complexidade variáveis, enquadradas em instruções gerais bem definidas, requerendo habilitação profissional ou respectiva experiência de trabalho constituem a caracterização genérica do conteúdo funcional de qual dos seguintes grupos de pessoal?

- A. Técnico
- B. Técnico de apoio
- C. Operário
- D. Técnico superior

18) De acordo com o Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos, em vigor, qual das seguintes carreiras não pertence ao grupo de técnico de apoio?

- A. Assistente de relações públicas
- B. Assistente técnico administrativo
- C. Oficial de exploração postal
- D. Operário qualifica

Respostas

Lei n.º 14/2009 (Regime das carreiras dos trabalhadores dos serviços públicos), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017		
Perguntas	Respostas	Legislação
1	D	N.º 4 do artigo 1.º da Lei n.º 14/2009, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017
2	A	Alínea 5) do artigo 2.º da Lei n.º 14/2009, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017
3	A	N.º 1 do artigo 3.º da Lei n.º 14/2009, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017
4	A	N.º 3 do artigo 12.º da Lei n.º 14/2009, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017
5	C	N.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 14/2009, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017
6	A	Alínea 1) do n.º 2 do artigo 13.º da Lei n.º 14/2009, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017
7	A	N.º 2 do artigo 18.º da Lei n.º 14/2009, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017
8	A	Alíneas 1) a 3) do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 14/2009, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017
9	D	N.º 2 do artigo 19.º da Lei n.º 14/2009, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017
10	D	N.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 14/2009, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017
11	A	N.º 1 do artigo 51.º da Lei n.º 14/2009, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017
12	D	N.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 14/2009, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017
13	A	Mapa 2 do Anexo I à Lei n.º 14/2009, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017
14	D	Mapa 2 do Anexo I à Lei n.º 14/2009, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017
15	B	Mapa 2 do Anexo I à Lei n.º 14/2009, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017
16	C	Mapa 2 do Anexo I à Lei n.º 14/2009, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017
17	C	Mapa 2 do Anexo I à Lei n.º 14/2009, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017
18	D	Mapa 2 do Anexo I à Lei n.º 14/2009, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2017

- 1) **Sem prejuízo da aplicação de regimes especiais, o actual Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Público, é aplicável aos trabalhadores providos em que regime?**
- A. Contrato de Trabalho
 - B. Contrato Além do Quadro
 - C. Contrato de Assalariamento
 - D. Comissão de serviço
- 2) **O disposto no Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos em vigor, não é aplicável aos trabalhadores em que situação?**
- A. Ao abrigo de estatutos privativos de pessoal
 - B. Para servirem como consultores ou em funções técnicas especializadas
 - C. Para satisfação de necessidades temporárias ou urgentes
 - D. Nenhuma das opções acima
- 3) **De acordo com o Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos em vigor, quais as modalidades que o contrato de trabalho nos serviços públicos reveste?**
- A. Contrato Além do Quadro e Contrato Individual de Trabalho
 - B. Contrato Administrativo de Provimento e Contrato de Assalariamento
 - C. Contrato Administrativo de Provimento e Contrato Individual de Trabalho
 - D. Contrato Além do Quadro e Contrato de Assalariamento

4) De acordo com o Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos em vigor, salvo as situações previstas, o provimento de trabalhadores para o exercício de funções nos serviços públicos por contrato é efectuado na modalidade de:

- A. Contrato Além do Quadro
- B. Contrato de Assalariamento
- C. Contrato Administrativo de Provimento
- D. Contrato Individual de Trabalho

5) De acordo com o Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos em vigor, em que situações pode o trabalhador ser provido em regime de contrato individual de trabalho?

- A. Providos ao abrigo de estatutos privativos de pessoal
- B. Em empresas ou associações públicas, ou sociedades com capital total ou parcialmente público
- C. Para desempenharem funções que, pela sua natureza ou especificidade, sejam reguladas por diploma próprio
- D. Para servirem como consultores ou em funções técnicas especializadas e para satisfação de necessidades temporárias ou urgentes

6) De acordo com o Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos em vigor, a alteração e a renovação do contrato administrativo de provimento, adiante designado por CAP, são feitas mediante:

- A. Aprovação por escrito pelo dirigente do serviço a que pertence
- B. Novo CAP assinado pelos outorgantes
- C. Averbamento assinado pelos outorgantes
- D. Aprovação por despacho do Chefe do Executivo

7) De acordo com o Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos em vigor, o período experimental tem a duração de:

- A. 3 meses
- B. 6 meses
- C. 9 meses
- D. 12 meses

8) De acordo com o Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos em vigor, salvo disposições previstas, o contrato administrativo de provimento é celebrado por prazo não superior a:

- A. 6 meses
- B. 1 ano
- C. 18 meses
- D. 2 anos

9) De acordo com o Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos em vigor, ao trabalhador que tenha dois anos de tempo de serviço em contrato administrativo de provimento, adiante designado por CAP, e tenha obtido nas avaliações do desempenho duas menções consecutivas não inferiores a «Satisfaz Muito», o CAP deste trabalhador é alterado para:

- A. CAP sem termo
- B. CAP com prazo não definido
- C. CAP de longa duração, cujo prazo é de três anos
- D. CAP de média duração

10) De acordo com o Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos em vigor, a renovação do contrato administrativo de provimento de longa duração é por um prazo de:

- A. 1 ano
- B. 2 anos
- C. 3 anos
- D. 4 anos

11) De acordo com o Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos em vigor, e além das disposições da presente lei, que outras disposições se aplicam também aos trabalhadores providos por contrato administrativo de provimento?

- A. Lei das Relações de Trabalho
- B. Estatuto dos Militarizados das Forças de Segurança de Macau
- C. Estatuto dos Funcionários de Justiça
- D. Regime Jurídico da Função Pública

12) De acordo com o Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos em vigor, se o contrato administrativo de provimento, adiante designado por CAP, sem termo tiver cessado por iniciativa do trabalhador ou por mútuo acordo, o trabalhador pode requerer, dentro de quantos anos seguintes à data da cessação do CAP, no último serviço público onde exerceu funções, novo provimento por CAP?

- A. 1 ano
- B. 2 anos
- C. 3 anos
- D. 4 anos

13) De acordo com o Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos em vigor, para além de ser autorizado pela entidade tutelar do serviço público, a recontração pode ser autorizada desde que se verifiquem cumulativamente quais dos seguintes requisitos?

- A. Existe necessidade de pessoal e vaga na dotação do pessoal fora do quadro desse serviço público
- B. O requerente obteve menções não inferiores a «Satisfaz Muito» na avaliação do desempenho durante o período de cinco anos imediatamente anteriores à data da cessação do CAP
- C. O requerente não exerceu quaisquer funções públicas após a cessação do CAP
- D. Todos as opções acima

14) De acordo com o Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos em vigor, o trabalhador provido em regime de contrato administrativo de provimento pode mudar para serviço público diverso daquele onde exerce funções, para a mesma carreira, categoria e escalão, sem recurso ao regime de concurso, desde que o tempo de serviço prestado ininterruptamente, à data da proposta de mobilidade, nessa carreira no serviço público de origem seja igual ou superior a quantos anos?

- A. 2
- B. 3
- C. 4
- D. 5

15) De acordo com o Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos em vigor, uma das seguintes situações não pertence à forma de cessação prevista para o contrato administrativo de provimento:

- A. Por mútuo acordo
- B. Rescisão
- C. Por iniciativa de uma das partes
- D. Caducidade

16) De acordo com o Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos em vigor, em qual das seguintes situações pode o serviço público determinar a cessação do contrato administrativo de provimento?

- A. Se nos termos do regime disciplinar ou da lei penal é aplicada ao trabalhador pena que implique a cessação de funções
- B. Se cessa o exercício de funções em virtude da avaliação do desempenho
- C. Se o trabalhador obteve menção «Não Satisfaz» em avaliação de desempenho durante o período experimental ou se a cessação de funções é a consequência imposta pelo regime de estágio ou curso de formação inicial
- D. Todas as opções acima

17) De acordo com o Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos em vigor, o serviço público pode, após obter autorização da respectiva entidade tutelar, determinar a cessação do contrato administrativo de provimento, mediante comunicação escrita entregue ao trabalhador, com uma antecedência mínima de quantos dias?

- A. 30 dias
- B. 60 dias
- C. 90 dias
- D. 120 dias

18) De acordo com o Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos em vigor, o trabalhador deve comunicar por escrito a sua intenção de cessação do contrato administrativo de provimento ao serviço a que pertence com uma antecedência mínima de quantos dias?

- A. 120 dias
- B. 90 dias
- C. 60 dias
- D. 30 dias

19) De acordo com o Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos em vigor, em qual das seguintes situações caduca o contrato administrativo de provimento?

- A. Quando o trabalhador atingir o limite de idade para o exercício de funções públicas
- B. Se o trabalhador sofrer de incapacidade permanente e absoluta para o exercício das suas funções
- C. Em caso de mobilidade, na data de início de funções ao abrigo do novo CAP
- D. Todas as opções acima

20) De acordo com o Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos em vigor, a contratação de trabalhadores, na RAEM ou no exterior, para servirem como consultores ou em funções técnicas especializadas, só é admitida em situações de escassez de profissionais ou por virtude da especial qualificação profissional do trabalhador a contratar e deve ser provido em que regime?

- A. Contrato Administrativo de Provitmento
- B. Contrato Individual de Trabalho
- C. Contrato Além do Quadro
- D. Contrato de Assalariamento

21) De acordo com o Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos em vigor, o provimento por contrato individual de Trabalho depende de:

- A. Autorização da Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública
- B. Autorização da Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça
- C. Autorização do Chefe do Executivo
- D. Autorização da Secretária para a Administração e Justiça

22) De acordo com o Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos em vigor, sem prejuízo de outras disposições, o contrato para provimento de trabalhador para satisfação de necessidades temporárias ou urgentes é celebrado por um prazo não superior a:

- A. 1 ano
- B. 18 meses
- C. 2 anos
- D. 3 anos

23) De acordo com o Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos em vigor, a renovação do contrato de trabalhador para a satisfação de necessidades temporárias ou urgentes é excepcionalmente admitida em quais das seguintes situações?

- A. Acidente grave
- B. Calamidade
- C. Caso de força maior
- D. Todas as opções acima

24) De acordo com o Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos em vigor, quais os regimes constantes de legislação que são aplicados aos trabalhadores providos em contrato individual de trabalho, adiante designado por CIT?

- A. Os regimes constantes de legislação que prevê expressamente a sua aplicação a trabalhadores dos serviços públicos contratados por CIT
- B. As cláusulas do respectivo CIT
- C. Subsidiariamente o regime jurídico da função pública
- D. Todas as opções acima

25) De acordo com o Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos em vigor, qual dos seguintes trabalhadores contratados está sujeito ao regime disciplinar previsto no Título VI do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau, adiante designado por ETAPM, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 87/89/M, de 21 de Dezembro?

- A. O trabalhador contratado pelas empresas públicas
- B. O trabalhador contratado para satisfação de necessidades temporárias ou urgentes
- C. O trabalhador contratado para servir como consultor ou em funções técnicas especializadas
- D. Todas as opções acima

Respostas

Lei n.º 12/2015 (Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos)		
Perguntas	Respostas	Legislação
1	A	N.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 12/2015
2	A	N.º 2 do artigo 2.º da Lei n.º 12/2015
3	C	N.º 1 do artigo 3.º da Lei n.º 12/2015
4	C	N.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 12/2015
5	D	Alíneas 1) e 2) do n.º 3 do artigo 3.º da Lei n.º 12/2015
6	C	N.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 12/2015
7	B	N.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 12/2015
8	D	N.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 12/2015
9	C	Alínea 1) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 12/2015
10	C	N.º 4 do artigo 6.º da Lei n.º 12/2015
11	D	Artigo 7.º da Lei n.º 12/2015
12	B	N.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 12/2015
13	D	Alíneas 1) a 3) do n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 12/2015
14	A	N.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 12/2015
15	B	Alíneas 1) a 3) do artigo 10.º da Lei n.º 12/2015
16	D	Alíneas 1) a 3) do n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 12/2015
17	B	N.º 2 do artigo 12.º da Lei n.º 12/2015
18	C	N.º 1 do artigo 14.º da Lei n.º 12/2015
19	D	Alíneas 1) a 3) do artigo 15.º da Lei n.º 12/2015
20	B	Artigo 17.º da Lei n.º 12/2015
21	C	N.º 2 do artigo 18.º da Lei n.º 12/2015
22	A	N.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 12/2015
23	D	N.º 2 do artigo 21.º da Lei n.º 12/2015
24	D	N.º 1 do artigo 22.º da Lei n.º 12/2015
25	C	N.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 12/2015

- 1) **Nos termos do disposto no «Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública» em vigor, a avaliação do desempenho não abrange os trabalhadores que:**
- A. Se encontrem providos em cargos de direcção ou equiparados, incluindo os adjuntos do Comandante-geral dos Serviços de Polícia Unitários
 - B. Sejam titulares dos cargos de assessores nos Serviços de Polícia Unitários e nos Serviços de Alfândega
 - C. Exerçam funções em regime de comissão eventual de serviço
 - D. Todas as opções acima
- 2) **Em cumprimento do disposto no «Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública» em vigor, deve ser criada, com carácter consultivo, em cada serviço ou entidade pública uma:**
- A. Comissão Consultiva Técnica
 - B. Comissão Paritária
 - C. Comissão Consultiva de Desempenho
 - D. Comissão Técnica de Desempenho

3) Nos termos do disposto no «Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública» em vigor, as funções da Comissão Paritária devem ser exercidas com:

- A. Justiça, isenção e transparência
- B. Confidencialidade, justiça e isenção
- C. Independência, isenção e imparcialidade
- D. Confidencialidade, independência e isenção

4) Nos termos do disposto no «Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública» em vigor, os procedimentos relativos à constituição e funcionamento da Comissão Paritária, bem como as regras relativas à escolha dos seus membros, são definidos por despacho. Indique quem profere o despacho:

- A. O Chefe do Executivo
- B. O Secretário para a Administração e Justiça
- C. O Director dos Serviços de Administração e Função Pública
- D. O Comissário da Auditoria

5) Nos termos do disposto no «Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública» em vigor, os trabalhadores não podem ser designados notadores em processos de avaliação de determinadas pessoas. Indique quais:

- A. Cônjuges
- B. Parentes ou afins na linha recta
- C. Parentes ou afins até ao terceiro grau da linha colateral
- D. Todas as opções acima

6) Nos termos do disposto no «Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública» em vigor, o processo de avaliação do desempenho tem carácter:

- A. Público
- B. Publicidade parcial
- C. Confidencialidade parcial
- D. Confidencial

7) Nos termos do disposto no «Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública» em vigor, a avaliação dos trabalhadores baseia-se em qual dos seguintes sistemas?

- A. Sistema de menção
- B. Sistema de notação
- C. Sistema de apreciação
- D. Sistema de desconto de pontos

8) Nos termos do disposto no «Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública» em vigor, os trabalhadores são obrigatoriamente apreciados em relação a diversos factores. Dos seguintes, indique qual/quais:

- A. Eficácia
- B. Adaptação e flexibilidade
- C. Sentido de responsabilidade
- D. Todas as opções acima

9) Nos termos do disposto no «Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública» em vigor, dependendo da natureza das funções exercidas, a avaliação do desempenho dos trabalhadores pode ainda incidir sobre outros factores. Dos factores seguintes, indique quais.

- A. Inovação e criatividade
- B. Trabalho em equipa
- C. Relações com o público
- D. Todas as opções acima

10) Em conformidade com o «Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública» em vigor, para quais dos seguintes factores se utiliza a ponderação dupla na pontuação final?

- A. Eficácia
- B. Sentido de Responsabilidade
- C. A e B
- D. A ou B

11) Nos termos do disposto no «Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública» em vigor, a avaliação do desempenho expressa-se através do preenchimento de um dos documentos seguintes, em modelo aprovado por despacho do Chefe do Executivo. Indique qual:

- A. Fichas de menção
- B. Fichas de antiguidade
- C. Fichas de notação
- D. Nota curricular

12) Nos termos do disposto no «Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública» em vigor, a avaliação do desempenho expressa-se através do preenchimento de fichas de notação, as quais contêm obrigatoriamente um:

- A. «Guia de Menção»
- B. «Guia de Pontuação»
- C. «Guia de Desempenho»
- D. «Guia de Nota Curricular»

13) Nos termos do disposto no «Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública» em vigor, indique qual das seguintes opções não é uma menção qualitativa:

- A. Excelente
- B. Satisfaz Muito
- C. Não Satisfaz
- D. Péssimo

14) Nos termos do disposto no «Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública» em vigor, consoante os valores em que se situam, ao desempenho dos trabalhadores são atribuídas menções qualitativas. Indique qual das seguintes menções qualitativas está correctamente atribuída?

- A. Excelente – 8 valores
- B. Satisfaz – 5 valores
- C. Não Satisfaz – 1 valor
- D. Satisfaz Muito – 6 valores

15) Nos termos do disposto no «Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública» em vigor, sempre que a pontuação final obtida se traduza num número decimal qual é o método previsto para obter o número inteiro?

- A. Arredondamento para o número inteiro imediatamente superior ou inferior, consoante o valor decimal obtido seja igual ou superior a 0,5 ou inferior a este.
- B. Deixar o valor decimal
- C. Acrescentar um valor
- D. Todas as opções acima

16) Nos termos do disposto no «Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública» em vigor, são objecto de avaliação ordinária todos os trabalhadores que, não estando sujeitos a avaliação extraordinária nem ao regime de avaliação das chefias, tenham um período igual ou superior a um determinado número de meses de serviço efectivo no ano civil a que se reporta a avaliação. Indique a opção correcta.

- A. Três meses
- B. Seis meses
- C. Nove meses
- D. Onze meses

17) Nos termos do disposto no «Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública» em vigor, com exclusão do período de desempenho avaliado extraordinariamente ou de acordo com o regime de avaliação das chefias, a avaliação ordinária reporta-se ao trabalho prestado no ano civil anterior e abrange um determinado período. Indique qual.

- A. Entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro
- B. Entre 1 de Março e 31 de Dezembro
- C. Entre 1 de Junho e 31 de Dezembro
- D. Entre 1 de Setembro e 31 de Dezembro

18) Nos termos do disposto no «Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública» em vigor, os trabalhadores em situação de nomeação provisória estão sujeitos a avaliação extraordinária, desde que tenham um período igual ou superior a um determinado tempo de serviço efectivo no ano a que se reporta a avaliação. Indique qual.

- A. 1 ano
- B. 18 meses
- C. 6 meses
- D. 9 meses

19) Nos termos do disposto no «Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública» em vigor, indique qual dos seguintes trabalhadores estão sujeitos a avaliação extraordinária, desde que tenham um período igual ou superior a 6 meses de serviço efectivo no ano a que se reporta a avaliação?

- A. Os que estão em situação de nomeação provisória
- B. Os que são recrutados mediante contrato, nos primeiros 2 anos de prestação de serviço
- C. Os que são nomeados em comissão de serviço, na situação de mudança de carreira
- D. Todas as opções acima

20) Nos termos do disposto no «Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública» em vigor, a “avaliação sumativa” é:

- A. Uma avaliação com relevância autónoma
- B. Uma avaliação total/ geral
- C. Considerada proporcionalmente na avaliação ordinária ou extraordinária imediatamente posterior
- D. Todas as opções acima

21) Indique qual das seguintes fases não está prevista no «Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública» em vigor, nos processos de avaliação ordinária e extraordinária.

- A. Designação dos notadores
- B. Reuniões de avaliação
- C. Auto-avaliação
- D. Acareação entre o notador e o notado

22) Nos termos do disposto no «Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública» em vigor, os notadores não devem, em princípio, ter a seu cargo a avaliação de mais do que um determinado número de trabalhadores. Indique o número correcto.

- A. 10
- B. 20
- C. 30
- D. 40

23) Nos termos do disposto no «Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública» em vigor, da avaliação efectuada pelo notador cabe reclamação, no prazo de um número de dias determinado a contar da data em que o notado dela teve conhecimento. Indique quantos dias.

- A. 3
- B. 5
- C. 7
- D. 10

24) Nos termos do disposto no «Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública» em vigor, nos casos de intervenção como notador do titular do órgão competente para a homologação, a decisão da reclamação é obrigatoriamente precedida de:

- A. Parecer da Comissão consultiva de desempenho
- B. Parecer do Chefe do Executivo
- C. Parecer da Comissão Paritária
- D. Parecer do Director dos Serviços da Administração e Função Pública

25) Em conformidade com o « Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública » em vigor, os processos de avaliação ordinária e extraordinária compreendem as fases:

- A. Designação dos notadores
- B. Reunião de notadores; Reuniões de avaliação
- C. Auto-avaliação; Notação; Homologação
- D. Todas as opções anteriores

26) Em conformidade com o «Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública» em vigor, o notador é, sempre que possível, o superior hierárquico imediato do avaliado, mas desde que dele tenha um conhecimento mais directo e efectivo, pode ser:

- A. chefia funcional do trabalhador
- B. dirigente máximo do Serviço
- C. inferior hierárquico imediato
- D. Nenhuma das opções acima

27) Em conformidade com o «Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública» em vigor, salvo disposição em contrário, o processo de avaliação compreende a realização de uma reunião de avaliação entre o notador e o notado, após a reunião de notadores. Até quando se deve realizar essa reunião?

- A. Até 31 de Dezembro do ano a que se reporta a avaliação
- B. Até 31 de Novembro do ano a que se reporta a avaliação
- C. Até 15 de Janeiro do ano seguinte
- D. Até 1 de Abril do ano seguinte

Respostas

Regulamento Administrativo n.º 31/2004 (Regime geral de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública)		
Perguntas	Respostas	Legislação
1	D	Alíneas 1), 3) e 4) do n.º 2 do artigo 1.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
2	B	N.º 1 do artigo 2.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
3	C	N.º 3 do artigo 2.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
4	A	N.º 4 do artigo 2.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
5	D	N.º 1 do artigo 3.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
6	D	N.º 1 do artigo 4.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
7	B	N.º 1 do artigo 5.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
8	D	Alíneas 1), 2) e 4) do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
9	D	Alíneas 2), 4) e 5) do n.º 2 do artigo 5.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
10	C	N.º 3 do artigo 7.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
11	C	N.º 1 do artigo 6.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
12	B	N.º 3 do artigo 6.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
13	D	Alíneas 1), 4) e 5) do n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
14	C	Alínea 1) do n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
15	A	N.º 5 do artigo 7.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
16	B	N.º 1 do artigo 8.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
17	A	N.º 2 do artigo 8.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
18	C	N.º 1 do artigo 10.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
19	D	Alíneas 1) a 3) do n.º 1 artigo 10.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
20	C	N.º 1 artigo 11.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
21	D	Alíneas 1), 2) e 4) do n.º 1 artigo 12.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
22	B	N.º 5 artigo 13.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
23	D	N.º 1 artigo 20.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
24	C	N.º 3 artigo 20.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
25	D	Alíneas 1) a 6) do n.º 1 do artigo 12.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
26	A	N.º 3 do artigo 13.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004
27	C	N.º 1 do artigo 16.º do Regulamento Administrativo n.º 31/2004